



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde

**FEMINISMO E LIDERANÇAS POPULARES: A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DE
CONSELHEIRAS NACIONAIS DOS DIREITOS DA MULHER**

Fernanda Baldo Guimarães

Brasília, março de 2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde

**FEMINISMO E LIDERANÇAS POPULARES: A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DE
CONSELHEIRAS NACIONAIS DOS DIREITOS DA MULHER**

Fernanda Baldo Guimarães

**Projeto de Dissertação apresentado ao
Instituto de Psicologia da Universidade
de Brasília, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
Processos de Desenvolvimento Humano e
Saúde.**

ORIENTADORA: Profa. Dra. Regina Sucupira Pedroza

Brasília, março de 2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BF363f Baldo Guimarães, Fernanda
Feminismo e Lideranças Populares: a Formação Identitária
de Conselheiras Nacionais de Direitos da Mulher / Fernanda
Baldo Guimarães; orientador Regina Lúcia Sucupira Pedroza.
- Brasília, 2018.
116 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Processos de
Desenvolvimento Humano e Saúde) -- Universidade de Brasília,
2018.

1. Feminismo. 2. Identidade. 3. Participação Social. 4.
Psicologia histórico-cultural. I. Sucupira Pedroza, Regina
Lúcia, orient. II. Título.

Esta dissertação recebeu apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, sob processo de número 1580236

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APROVADA PELA SEGUINTE BANCA
EXAMINADORA:

Profa. Dra. Regina Lúcia Sucupira Pedroza – Presidente

Universidade de Brasília

Profa. Dra. Fabrícia Teixeira Borges – Membra

Universidade de Brasília

Profa. Dra. Tatiana Lionço – Membra

Universidade de Brasília

Profa. Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino – Suplente

Universidade de Brasília

Brasília, março de 2018

Agradecimentos

Esse processo de dissertação e do mestrado como um todo, raramente fácil, só foi possível com apoio de amigas e amigos queridos que estiveram comigo desde quando decidi me candidatar e que criaram condições de apoio e compreensão para que esse processo fosse o mais positivo possível. A todos um agradecimento sincero. Menciono nominalmente algumas pessoas a quem agradeço de modo especial.

Primeiramente a minha orientadora, Regina Pedroza, que me motivou a realizar um projeto na Psicologia e que me introduziu a uma nova forma de pensar e entender o ato da pesquisa como um processo. Agradeço pela amizade e pela confiança.

Aos meus pais pelo apoio remoto, à minha mãe pelo canal de desabafo sempre disposta a me ouvir e me aconselhar.

À presença constante de Fábio Pedroza em todo esse processo, desde a inscrição na seleção, até a fase de dissertação, me mostrando caminhos e soluções, com afeto sempre.

À amiga querida, Maíra. O companheirismo dos vários anos em que nos conhecemos e a presença constante uma na vida da outra sempre é meu porto seguro.

A minha amiga Roberta que me deu a oportunidade de trabalhar na Secretaria de Direitos Humanos e me fez conhecer as estratégias de participação social. Sem esse passo, a ideia para esse projeto nunca teria existido.

A Sólton, que começou esse processo junto comigo e que infelizmente não verá a sua conclusão. Sua presença é sempre sentida nas minhas lembranças e no meu coração.

Às companheiras de mestrado Ray e Ivina pelo apoio durante ao processo. Aos companheiros de casa de Ivina, principalmente Sheylane e Leandro, por me acolherem.

Às professoras Tatiana Lionço, Fabricícia Borges e Lúcia Pulino, por aceitarem compor a banca. À Tatiana também pela inspiração e pela oportunidade de acompanhá-la como monitora durante a disciplina de Psicologia do Gênero.

Por fim, cabe mencionar o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES por dois anos, que viabilizaram a realização dessa pesquisa.

Resumo

O presente trabalho propõe compreender a formação identitária de Conselheiras da sociedade civil do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Articulando as premissas do desenvolvimento humano pela ótica da psicologia histórico-cultural com as noções de fluidez e multiplicidade da identidade na pós-modernidade, o conceito de identidade de projeto, e as diversas abordagens da teoria feminista, pretende-se analisar os processos que forjam a identidade de mulheres atuantes na práxis política. A partir de narrativas da trajetória de vida de seis conselheiras do CNDM do triênio 2014-2017, busca-se entender os processos que as levaram à inserção no movimento social e no movimento feminista, e à atuação em conselhos de participação social. O exercício dialético da pesquisa investiga como a militância influencia a perspectiva de feminismo que essas mulheres se identificam, ao mesmo tempo em que outras identidades para além do feminismo definem as características da militância. A alternância entre lutas gerais e lutas específicas é o motor para analisar como as militantes do CNDM entendem o ser mulher em contraste com outros aspectos identitários, e como o feminismo é capaz de problematizar as contradições presentes tanto na sociedade patriarcal, como nas relações entre mulheres e da mulher consigo mesma.

Palavras chaves: Feminismo; Identidade; Participação Social, Psicologia histórico-cultural.

Abstract

The current dissertation aims to understand the identity building process of the civil society councilors of the National Council of Women Rights (CNDM). Articulating the human development premises through the lens of the cultural-historical psychology with the fluid and multiple notions of identity in postmodernity, the concept of project identity and the diverse takes of the feminist theory, we aim to analyze the process that forges the identities of women in the political praxis. Through narratives of the life paths of CNDM councilors from the 2014-2017 term, we seek to understand the processes that lead people to participate in social and feminist movements and work in social participation councils. The dialectic exercise of the research investigates how the militancy influences the feminist perspective that these women identify with, at the same time as other identities beyond feminism define the traits of their militancy. The alternation between general and specific fights is the motor to analyze how the CNDM militants understand what is to be a woman in contrast with other identity aspects and how feminism is able to challenge the contradictions present in the patriarchal society, in the relations among women and with oneself.

Keywords: Feminism; Identity, Social Participation, Cultural-historical Psychology.

Índice

Agradecimentos	vi
Resumo	viii
Abstract	ix
Lista de Tabelas	xii
Apresentação	1
Capítulo 1 – Fundamentação Teórica.....	8
Materialismo Dialético e Identidades na Contemporaneidade	8
O pressuposto epistemológico.....	8
Identidade na pós-modernidade e a identidade de projeto.	11
A Trajetória Feminista e Identidade	15
Uma visão geral.....	16
O feminismo no Brasil.	23
Os feminismos localizados.....	26
Capítulo 2 - Participação social no Brasil	33
Histórico de Iniciativas Participativas	33
O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)	38
Vínculo institucional.	38
Objetivos do conselho.	40
Composição.....	42
Capítulo 3 - Definição dos Objetivos.....	47
Capítulo 4 – Metodologia	48
Pressupostos Metodológicos	48
Contexto e Participantes	49
Procedimentos e Instrumentos da Pesquisa de Campo	52
Procedimentos de Análise.....	53
Capítulo 5 – Resultados e Discussão	56

Os Primórdios	57
Feminismos Localizados na Formação Identitária	66
Grandes Temas, Múltiplas Identidades: Debatendo Contradições	82
Participação Política, o CNDM e o Cenário Atual	88
Capítulo 6 – Considerações Finais	96
Referências Bibliográficas	99
Anexos.....	109
Anexo A – Parecer Consubstanciado CEP	109
Anexo B – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	113
Anexo C – Modelo de Termo de Autorização para Utilização de Som de Voz para fins de Pesquisa.....	115

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização das participantes da pesquisa.....	51
--	----

Apresentação

Foi apenas depois de adulta que eu me reconheci feminista. Obviamente que eu acreditava que homens e mulheres tinham de ter os mesmos direitos, as mesmas oportunidades. Enquanto eu crescia, acreditava ter os mesmos direitos e oportunidades que o meu irmão ou que os meninos com quem estudava. Em certa medida, no ápice da minha arrogância juvenil, me julgava mais inteligente e mais madura do que todos eles.

Eu sou filha de uma mulher que nasceu no começo da década de 1950, que tinha saído da casa dos pais para estudar Medicina, em uma época em que a maior parte de seus colegas e professores eram homens. Eu sou filha de uma mulher que trabalhava muito, em casa e fora dela, e que assumia grande parte das contas e da nossa educação. Talvez, inconscientemente, eu achava que o caminho do desbravamento já tinha sido feito por minha mãe e pelas mulheres que vieram antes de mim.

Eu fiz esse mesmo caminho. Saí do interior de Minas Gerais com 17 anos para estudar fora. A minha turma de graduação na UnB, onde cursei Relações Internacionais, era bastante equiparada entre homens e mulheres. Último semestre antes da política de cotas ser adotada, éramos todos brancos. Lembro-me da estranheza que senti quando, em uma discussão sobre teoria feminista nas Relações Internacionais, uma colega, hoje doutoranda na Universidade de Paris 8, me disse que o jeito que entendemos o mundo, a história, a política externa, parte de uma visão masculina de produção de sentidos. Eu acreditava que homens e mulheres tinham de ter direitos iguais, mas o mundo, factual e objetivamente, e os acontecimentos históricos eram um só.

Eu sabia identificar o machismo cortante. O professor que privilegia as falas dos alunos homens. O medo que sentia toda vez que saía da universidade depois da disciplina que terminava às dez da noite. Os estupros no campus, as mortes de mulheres no jornal. O assédio e obscenidades que recorrentemente ouvia ao andar na rua. Esse era o mundo em que vivia. No

entanto, eu acreditava em mim e, em certa monta, eu tinha a sensação de que eu não tinha apenas o direito, mas que o mundo deveria me perceber como eu me percebia.

Talvez eu já fosse uma proto-feminista. Publiquei um artigo na graduação, sob a ótica do desenvolvimento internacional, sobre a tendência da feminização da pobreza no sistema-mundo. No entanto, eu não era aquela mulher que eu descrevia. Eu era uma jovem mulher branca, com rede de apoio, acesso a contraceptivos e a chance de apenas estudar até terminar a universidade. Eu tinha um namorado que gostava de mim e parecia me admirar.

Em 2010, fui morar em uma casa com mais duas mulheres feministas, até então estranhas para mim, em um encontro do acaso. Até aquele momento, eu acreditava ter vivido em um mundo de oportunidades iguais, mas a reflexão conjunta e as conversas constantes fizeram com que eu me desse conta que as minhas próprias escolhas foram condicionadas ao que o mundo esperava de mim. Os meus relacionamentos românticos-afetivos ocupavam uma centralidade esmagadora na minha vida, e me tiraram o foco da minha vida profissional, das demais relações humanas como a amizade, por exemplo, e me causavam uma grande sensação de frustração e perda.

Nesse processo de revisão e ressignificação das minhas experiências, eu fui amparada por algumas mulheres que conseguiam elaborar discursivamente o que eu estava vivendo sob a ótica feminista. Lenta e paulatinamente, eu fui descobrindo que o bem-estar social e financeiro do qual eu gozava não eram de fato meus. Eu tinha o direito de usufruir daquilo enquanto eu agisse de acordo com um código de regras bastante específico. Eu deveria me comportar. O meu prazer era um ganho colateral que não deveria exigir muito esforço do meu parceiro. Eu deveria me conformar. Eu devia trabalhar, em casa e fora dela, virtuosa e incessantemente. Eu deveria me esforçar.

De repente, eu fui percebendo não só o machismo cortante do estupro e da pobreza dos outros. Eu fui percebendo o machismo da minha família, dos meus afetos, dos meus colegas de

trabalho. Eu fui percebendo o machismo estrutural, que colocou a beleza como um ideal fundamental, sempre ressoando no fundo da minha cabeça, que ainda me faz sofrer com quilos e anos acrescentados. Eu fui percebendo o machismo velado dos meus vários superiores no trabalho, que condescendentemente me delegavam funções gendradas e me elogiavam pela minha aparência. Eu fui percebendo o machismo revoltante de, em uma entrevista de emprego, me perguntarem se eu tinha filhos ou se pretendia tê-los. Eu fui percebendo o machismo que morava em mim, que norteava as minhas escolhas e os meus desejos e que me fazia sentir tão dividida e fracassada.

As minhas primeiras marchas feministas me deram fôlego e fizeram com que eu me sentisse parte. E com o tempo eu fui revisitando todos os fatos da minha vida, reinterpretando-os. O hipercuidado recatado da minha família, o maior sucesso financeiro dos meus pares homens, a frustração sexual das mulheres ao meu redor, tudo isso passou a fazer parte de uma narrativa pessoal que tinha o machismo como espinha dorsal. Parte das minhas condições materiais independiam do meu esforço pessoal, elas apenas existiam e permaneciam por meio da esmagadora construção social da lógica patriarcal.

O meu processo de reconstrução¹ se amparou no feminismo teórico e materializado. Eu consegui elaborar uma narrativa em que as minhas escolhas, opiniões e relações passassem a questionar o *status quo* e desafiar o que é esperado de uma mulher. Ao mesmo tempo, meu feminismo sempre teve uma militância muito discreta. Eu me beneficieei dessa militância porque a mensagem chegou a mim, mas o efeito multiplicador dessa mensagem, a partir de mim, ainda é pequeno e afeta apenas as mulheres presentes diretamente na minha vida.

¹ Eu usarei na dissertação o vocábulo *reconstrução* em substituição ao mais popular vocábulo *desconstrução*, por entender que os processos de mudanças internas e rompimentos paradigmáticos não são feitos a partir do zero, mas sim a partir de reelaborações do sujeito já constituído e em constante transformação.

Concomitantemente à minha descoberta feminista, comecei a trabalhar com direitos humanos. Em 2014, como consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tive contato com a temática de participação social. Por um ano levantei pautas, agendas, resoluções, e marcos normativos de três colegiados: o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP Rua), o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), e a Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (Conatrae). Nessa função, ficou claro que a organização e o funcionamento dos colegiados seguiam certos princípios básicos, como a criação por instrumento normativo do espaço de participação, a delimitação de representações governamentais e representações da sociedade civil, a existência de protocolos de escolha das organizações não-governamentais, e a indicação do indivíduo que ocupará a titularidade e a suplência da representação feita pelos dirigentes da instituição escolhida. Passei a perceber que os colegiados e demais mecanismos de participação social ofereciam uma série de possibilidades de pesquisa. Uma delas é o foco nos indivíduos que compõem esses órgãos de concertação entre governo e sociedade civil. O recorte que os colegiados naturalmente fazem dos movimentos sociais é capaz de isolar organizações protagônicas em diversos temas da militância por direitos.

Adoto, no presente trabalho, a premissa de que o pesquisador se compromete ativamente com a produção do conhecimento, produzindo ideias e posicionando-se teórico-metodologicamente, constituindo-se como um sujeito interativo, motivado e intencional. A pesquisa, portanto, desenvolve-se por meio de um diálogo permanente entre pesquisador e pesquisado (Gonzalez Rey, 1999). Nesse sentido, reuni o impacto do feminismo na minha trajetória de vida com a minha atuação de pesquisadora junto a conselhos de participação para

explorar as facetas das participantes dos Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM (Haraway, 2009).

No caso do CNDM, as conselheiras titulares ocupam posição de destaque em lutas específicas para o direito das mulheres nas suas respectivas organizações e também compõe o quadro de uma luta mais geral no âmbito no conselho. A escolha em focar a pesquisa no indivíduo parte do desejo de compreender a trajetória das representantes da sociedade civil e suas motivações para que a militância privilegiasse uma ou outra causa. No caso das titulares do CNDM, e das ativistas feministas de modo mais amplo, a militância é intrínseca à identidade de mulher, o ser e se entender mulher. Diferentemente dos representantes da sociedade civil de outros colegiados com que eu trabalhei, em temas como tortura, trabalho escravo ou população em situação de rua, cuja militância se dá normalmente a partir de um fato exterior que ocorre em algum momento da vida, a identidade de gênero é algo atribuído ao indivíduo mesmo antes do nascimento, com a expectativa dos pais em saber se o bebê é homem ou mulher. É claro que a limitação biológica na atribuição de identidade de gênero, e o binarismo homem e mulher são desafiados pelo feminismo, mas a partir inclusive da negação da restrição identitária ao binômio pênis/vagina (Bourdieu, 2010; Butler, 2008; Rubin, 1975). A célebre citação de Simone de Beauvoir no começo de *O Segundo Sexo* de que "não se nasce mulher, torna-se mulher" (2016, p.11, v.2), não ignora que essa construção social se faz presente desde o momento do nascimento.

Entender porque mulheres, que além dos encargos de suas vidas privadas e profissionais, atuam na militância feminista e na manutenção e conquista dos direitos das mulheres ressoou com a minha postura pessoal em relação ao feminismo, muito mais individual e passiva. Usufruir das conquistas do movimento e entender a minha existência a partir da minha condição de mulher foi algo muito poderoso para mim, e gerou a vontade de entender a

trajetória das mulheres que encabeçam esse movimento em diferentes contextos sociais e materiais.

Nessa empreitada, o trabalho, no primeiro capítulo, desenvolve de onde parto epistemologicamente. Na primeira parte, faço breve revisão do materialismo dialético aplicado à psicologia histórico-cultural para estabelecer que as sujeitas em tela estão localizadas no tempo e no espaço e se desenvolvem identitariamente a partir de elaborações do meio em que vivem. Faço um adendo para estabelecer o referencial teórico de identidade que usarei durante toda a discussão. Na segunda parte, estabeleço um resgate histórico do movimento feminista no mundo e no Brasil, privilegiando a discussão dos momentos ou ondas feministas e a discussão sobre lutas gerais e específicas dentro do feminismo. Somando-se ao conceito de Hall (2009) de *identidade na pós-modernidade* e de Castells (2008) de *identidade de projeto* explorados na primeira parte, privilegio algumas discussões e perspectivas dentro do feminismo que ilustram a diversidade e fluidez dentro da discussão proposta, de forma a ilustrar o debate de forma diversa, mas obviamente não definitiva.

No capítulo 2, faço novo resgate histórico, dessa vez dos mecanismos de participação social. Primeiramente discuto como esses mecanismos foram ganhando momentum a partir da redemocratização do Brasil na década de 1980 e quais são os principais marcos legais que amparam a adoção desses instrumentos na interface entre a sociedade civil, a formulação de políticas públicas e o controle social. Subsequentemente, trago histórico do CNDM e detalho seu funcionamento, atribuições e estrutura de composição.

Na sequência, apresento o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa. Diante do objetivo geral de compreender o processo da formação da identidade feminista de conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher na práxis política da militância dos movimentos sociais e em instâncias de participação social, busco uma metodologia que me permitiu alcançá-lo. No Capítulo 4, explicito os pressupostos metodológicos, o contexto de

realização da pesquisa, as participantes, os procedimentos e instrumentos utilizados na pesquisa de campo e, por fim, os procedimentos de análise das entrevistas. Foram realizadas 6 entrevistas semiestruturadas com conselheiras da sociedade civil e de notório saber do CNDM no segundo semestre de 2017, que foram subsequentemente transcritas ou retomadas em diário de campo.

O Capítulo 5 é destinado aos resultados e à discussão das entrevistas realizadas. A discussão é organizada pelos seguintes temas: 1) os primórdios; 2) feminismos localizados na formação identitária; 3) grandes temas, múltiplas identidades: debatendo contradições; 4) participação Política, o CNDM e o cenário atual.

Por fim, apresento as Considerações Finais, com reflexões sobre o percurso teórico e empírico realizado.

Capítulo 1 – Fundamentação Teórica

Materialismo Dialético e Identidades na Contemporaneidade

O objetivo dessa parte é definir os processos de desenvolvimento humano à luz da psicologia histórico-cultural e delinear o nosso conceito de identidade a partir desse pressuposto epistemológico. Para tanto, contribuições posteriores a respeito da identidade pós-moderna e contínuas reflexões a respeito do materialismo dialético incrementaram o conceito aqui adotado. Esse pano de fundo teórico nos permite, na segunda parte, discutir o movimento feminista de modo contextualizado e as possibilidades que ele pode assumir quando internalizado e apropriados pelos indivíduos.

O pressuposto epistemológico.

Ao nos referirmos a Lev S. Vigotski² como o fundador da psicologia histórico-cultural, é importante localizá-lo no espaço e no tempo. Nascido na Rússia czarista, atual Bielorrússia, no final do século XIX, Vigotski inicia sua trajetória como pensador no contexto da Revolução Bolchevique até sua morte em 1934. Nesse sentido, a produção intelectual do autor está localizada no epicentro da revolução socialista e em um outro modo de pensar o mundo, inspirado no materialismo dialético marxista (Pedroza, 2003).

Para Vigotski, o desenvolvimento não se tratava de uma mera acumulação lenta de mudanças unitárias, mas sim, segundo suas palavras, “de um complexo dialético, caracterizado pela periodicidade, irregularidade no desenvolvimento das diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma forma em outra,

² Utilizo, nesse trabalho, a grafia Vigotski para o sobrenome do autor, respeitando grafias distintas nas citações biográficas.

entrelaçamento de fatores externos e internos e processos adaptativos”. (posfácio de Vera John-Steiner e Ellen Souberman em Vigotski, 2007, p.150)

O processo de desenvolvimento funciona como uma espiral que passa pelo mesmo ponto em cada etapa nova, sendo particular para cada indivíduo e para o conjunto de condições materiais que o cercam. O autor argumenta que as mudanças nessas condições históricas e materiais determinam as oportunidades para a experiência humana e criam variáveis únicas para os aspectos internos e externos do desenvolvimento (Vigotski, 2007).

Vigotski pensava em um indivíduo novo, para uma sociedade também nova (Alves, 2014). Segundo o autor, “o materialismo dialético marxista poderia fornecer bases filosóficas para o desenvolvimento de uma psicologia que rompesse com o idealismo e o mecanicismo e concebesse o homem (sic) concreto, constituído na vida material e social” (Chagas, 2010, p.35).

Para Vigotski, um dos principais elementos de análise para o desenvolvimento de funções psíquicas superiores é a linguagem. Quando o indivíduo nasce, ele é absorvido em uma rede de signos e significados que compõe a cultura, que por sua vez determina a interação interpessoal e a organização social. No ato reiterado da troca com outros sujeitos, que funcionam como mediadores, são internalizados papéis, conhecimento e se forma a consciência. Esse exercício dialético entre sociedade – relações interpessoais – plano individual interno - relações intrapessoais delinea o processo de desenvolvimento humano (Vigotski, 2007).

A partir do entendimento desse movimento, fica evidente que não há uma essência humana nata ao indivíduo. O ser humano é forjado a partir da relação com o meio social, e principalmente nas relações interpessoais. E as relações interpessoais que o indivíduo trava têm, de modo análogo, a potência de alterar o ambiente externo. Nesse sentido, há na teorização vigotskiniana um destaque às possibilidades de transformação do indivíduo e do mundo que o cerca.

Vigotski não fala propriamente de identidade, mas ele trata de personalidade e consciência. Há, na psicologia, uma diversidade de definições do conceito de personalidade. Usamos como referência o conceito de personalidade da psicologia histórico cultural. Sob essa ótica, personalidade se configura como a complexificação da individualidade em sua forma superior como base e origem, sendo viabilizada pelo desenvolvimento histórico social (Silva, 2009).

Dessa forma, não se nasce personalidade, chega-se a ser personalidade por meio da socialização e da formação de uma endocultura, através da aquisição de hábitos, atitudes e formas de utilização de instrumentos. A personalidade é um produto da atividade social e suas formas poderão ser explicadas somente nestes termos. (Leontiev, 2004, p. 129)

Ciampa (1987) utiliza o conceito de identidade como sinônimo do conceito histórico-cultural de personalidade, na tentativa de desfilá-lo da noção burguesa de outras teorizações. Na sua elaboração, Ciampa reitera o caráter mutável e o potencial transformador da identidade para si e para o meio. Sobre a noção de identidade de Ciampa, Flávia Gonçalves da Silva sintetiza que:

no processo de constituição da identidade, os papéis que o indivíduo assume ao longo de sua vida fazem parte de sua construção, partindo de uma identidade pressuposta (o que o outro ou a própria pessoa idealizava em relação ao desempenho daquele papel), a vivida e a que será vivida enquanto projeto de vida. Assim, a identidade é posta e reposta continuamente, pois o indivíduo vivencia ao mesmo tempo vários papéis, o que o torna um personagem da vida, que sempre se metamorfoseia de acordo com as condições históricas e sociais a que está submetido. (Silva, 2009, p. 188)

Nesse sentido, as reverberações posteriores à Vigotski desenvolvem o conceito de identidade a partir do materialismo dialético e assumimos essa postura análoga no presente trabalho.

Identidade na pós-modernidade e a identidade de projeto.

O conceito de identidade aportado neste trabalho desenvolve-se a partir da síntese da teorização de dois autores, Stuart Hall e Manuel Castells. Ambos vão tratar das identidades contemporâneas que desafiam a visão estanque e estabilizada do indivíduo, propondo a relação dialética com o meio.

Stuart Hall (2009) apresenta o argumento de que há na contemporaneidade a emergência de identidades fragmentas no indivíduo moderno, visto até então como um sujeito unificado. Esse caminho perpassa três noções de identidade do sujeito: a iluminista, a sociológica e a pós-moderna.

O sujeito iluminista é consubstanciado como um indivíduo centrado, unificado, dotado de capacidades de razão, consciência e ação. Nele há um núcleo central estável e individual que surge com o nascimento e se desenvolve mantendo a mesma essência ao longo da existência. O sujeito sociológico é intermediário, possuindo um núcleo interior socialmente construído a partir da relação com outras pessoas que mediam para esse sujeito os valores, sentidos, símbolos e a cultura, havendo, desse modo, interação entre o pessoal e o meio. O sujeito pós-moderno, por sua vez, é fragmentado por uma série de identidades múltiplas e provisórias.

Esse sujeito pós-moderno está fragmentado nas identificações de “classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade” (Hall, 2009, p.9) e uma série de outras associações que se afetam mutuamente de modos particulares e variáveis no espaço e no tempo. Desse modo, a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, sendo a identificação algo que pode ser adquirido ou perdido.

Hall reflete que há um equilíbrio social nessas identidades líquidas, parafraseando Bauman. A sociedade não se desintegra totalmente, apesar dessas identidades fragmentadas. Isso, não porque há um senso de unidade entre os semelhantes, mas porque os “diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias ser conjuntamente articulados” (2009, p.17).

Ao se investigar identidade feminista a partir da égide do sujeito pós-moderno de Hall, admite-se que a identidade feminista está em constante transformação, interpelada por outras identidades do sujeito na sociedade, criando-se desse modo uma miríade de associações possíveis e outras tantas de contradições. Nesse sentido, o autor fala, ao invés de identidade, em identificação, vista como um processo em andamento.

Essa noção de identidade supera a separação cartesiana do pensamento e da materialidade, admitindo uma noção marxista do sujeito em que “homens (sic) fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas” (Hall, 2009, p. 34). A ideia vai de encontro com a premissa vigotskiniana de que não haveria uma natureza humana fixa e universal, estando sujeitos a diferentes conjunturas de alteração social do meio. Os indivíduos adquirem infinitas formas de existência, sendo seu desenvolvimento um objeto de estudo dinâmico e processual (Oliveira, 2013).

Hall vai tratar em específico do feminismo e de outras manifestações políticas a partir de 1968 e argumentar que cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores. “Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constituiu o nascimento histórico do que veio a ser conhecida como a política de identidade – uma identidade para cada movimento” (2009, p.45). Isso se torna especialmente claro no feminismo porque o privado, o pessoal, era político. Desse modo a expressão e demandas desses

movimentos iam mudando à medida que as identidades se transformavam e se interseccionavam.

Conjuntamente à identidade pós-moderna de Hall, nos apropriaremos da noção de identidade de Castells (2008) a partir da sociedade em rede. A sociedade em rede é um atributo da contemporaneidade, derivada de um mundo globalizado e conectado por redes que ligam atores cada vez mais individualizados, em uma economia capitalista com relações cada vez mais flexíveis e instáveis. Essa sociedade é caracterizada “pela transformação das bases materiais da vida - o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes” (p.17). O autor entende identidade como:

O processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(os) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. (p.22)

A definição acima sintetiza o pressuposto epistemológico do materialismo-dialético de inspiração vigotskiniana e a fragmentação das identidades na pós-modernidade. A assunção de significados culturalmente relevantes a serem assumidos pelos indivíduos não é feita por mera sobreposição, mas com contradições internas que se relacionam dialeticamente com o exterior, provocando efeitos mútuos, no sujeito e no meio.

Castells (2008) vai propor que a construção social de identidade sempre vai ser marcada por relações de poder, e que a individualização desses signos de poder produzem identidades com distintas finalidades. O autor vai distinguir três tipos de identidade. A *identidade legitimadora* é introduzida por instituições dominantes na sociedade para expandir sua dominação. A *identidade de resistência* é criada pela ação de atores subalternos ou

desvalorizados que vão se opor às identidades dominantes como forma de resistência e sobrevivência. Por fim, há a *identidade de projeto*, que é quando “os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (24).

O feminismo surge como uma *identidade de projeto*, buscando romper com a sociedade patriarcal e a estrutura de produção binária, a partir de uma identidade que já foi de resistência. É possível argumentar que à medida que o feminismo atinge alguns de seus objetivos, para uma parcela de indivíduos que compõe o movimento, mas não todo, abre-se a possibilidade de que o discurso hegemônico crie novas identidades legitimadoras.

Esses movimentos de avanços, recuos e contradições serão discutidos na segunda parte do presente capítulo. No entanto, para fins dessa pesquisa e pela atuação das sujeitas em tela na participação política com fins de mudança social, a identidade do projeto feminista, ou melhor, as várias identidades do projeto feminista, em um processo de constante transformação histórica, são o referencial que nos serve como ponto de partida. Na sociedade em rede, esse processo de transformação facilitado pela tecnologia é cada vez mais volátil e imediato e as reverberações dentro do projeto, mais diversas. Veremos a construção histórica dessas identidades a seguir.

A Trajetória Feminista e Identidade

Virginie Despentes (2016) abre a sua obra *Teoria King Kong*, uma narrativa tanto pessoal como universal sobre o feminismo na contemporaneidade, com o seguinte trecho:

Escrevo a partir da feiura e para as feias, as caminhoneiras, as mal comidas, as incomíveis, as histéricas, as taradas, todas as excluídas do grande mercado da boa moça. E começo assim para que tudo fique bem claro: não me desculpo de nada, não vim aqui para reclamar. Não trocaria de lugar com ninguém porque ser Virginie Despentes me parece um assunto mais interessante do que qualquer outro. (p.7)

O trecho acima é um manifesto surgido a partir da experiência particular da autora com o ser mulher na virada do século XXI e dirige-se a uma miríade de mulheres pouco representadas pela produção *mainstream* de conhecimento: as mulheres desviantes. Essas mulheres desviantes, no limite são todas as mulheres, uma vez que a mulher ideal é produto da ficção inventada por homens e não existe (Woolf, 2009). Citando Virginie Despentes mais uma vez:

(...) o ideal de mulher branca, sedutora mas não puta, bem casada mas não nula, que trabalha sem tanto sucesso para não esmagar seu homem, magra mas não neurótica com a comida, que continua indefinidamente jovem sem se deixar desfigurar por cirurgias plásticas, uma mamãe realizada que não se deixa monopolizar pelas fraldas e pelos deveres de casa, boa dona de casa sem virar empregada doméstica, culta mas não tão culta quanto um homem; essa mulher branca e feliz, cuja imagem nos é esfregada o tempo todo na cara, essa mulher com a qual deveríamos nos esforçar para parecer (...), devo dizer que jamais a conheci, em lugar algum. Acredito até que ela nem mesmo exista. (2016, p.11)

A admissão dessa multiplicidade de vozes pelo feminismo *hardcore* de Despentes e outros nomes da teoria feminista contemporânea foi atingido por meio de uma caminhada

histórica em que um esforço de uniformização do ser mulher foi útil para a anteposição à dominação masculina. Como toda uniformização, no entanto, mesmo dentro de uma minoria, há uma sobreposição de hegemonias que invisibilizam e falham em compreender mulheres que acumulam outros signos da subalternidade (Spivak, 2010).

O objetivo dessa seção é primeiramente fazer um apanhado histórico do movimento feminista no ocidente e no Brasil para tecer pano de fundo dos contextos materiais em que o movimento surgiu e se desenvolveu. Em seguida, proponho um breve debate entre algumas correntes feministas, suas lutas específicas e como elas se associam com a questão identitária. A intenção, em nenhum momento é esgotar ou listar o maior número possível de abordagens feministas, mas contrastar pensamentos que subsistem dentro do movimento, ideologia e militância macro. Ainda que *lato senso* o feminismo se constitua como um conjunto de ideologias e movimentos que buscam a igualdade social, política, econômica, pessoal entre homens e mulheres, esse objetivo pode ser entendido de formas bastante distintas, das mais revolucionárias às mais pasteurizadas, a depender das diferentes concepções a respeito do binômio sexo e gênero e o que constitui uma mulher (Butler, 2008). Ao identificar esses diversos e localizados feminismos, emanados a partir de mulheres igualmente diferentes e socialmente localizadas, desenho um panorama um pouco mais amplo do feminismo e das identidades assumidas a partir dessa associação.

Uma visão geral.

A revisão histórica do feminismo ocidental enquanto movimento pela aquisição de direitos é pedagogicamente dividido em ondas. Muito embora exista a crítica em relação a essa divisão - uma vez que ela cria categorias a partir de vozes hegemônicas dentro do feminismo e por haver sobreposições de perspectivas e ações comuns entre uma onda e outra (Hanois, 2008)

- ela nos serve didaticamente para revisitar cronologicamente como o movimento se desenvolveu nos últimos dois séculos.

Certamente existiram mulheres que pensavam além da sua época. Olympe de Gouges (1791/2007), na aurora da Revolução Francesa escreveu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, documento crítico que fazia paralelo, em estrutura, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão e que conclamava a liberdade e a dignidade de todas as mulheres, em pé de igualdade com os homens. Como Olympe de Gouges, muitas mulheres anônimas e outras conhecidas, como Mary Wollstonecraft e Christine de Pizan (Beauvoir, 2016), avançaram na demanda por direitos e desafiaram os papéis de gênero. No entanto, no final de século XIX e começo do século XX, as condições materiais - algumas delas sendo o fim da Era Vitoriana, a ascensão de regimes republicanos nas Américas, a insurgência de regimes democráticos, os movimentos abolicionistas, as ondas de independência e certamente a Revolução Industrial – criaram condições para que as mulheres se organizassem, enquanto movimento para lutar por seus direitos.

A primeira onda feminista foi inaugurada em 1848 na Convenção de Seneca Falls (Rampton, 2015) quando 300 mulheres se reuniram para delinear estratégias políticas e ideológicas na busca de igualdade. A luta sufragista é o movimento mais icônico da primeira onda, em vários lugares do globo. No entanto, esse período também abrange a luta por questões como direito à propriedade e impedimentos legais à emancipação e à igualdade entre os sexos.

A partir de década de 1960, a segunda onda feminista toma força com uma agenda que ia além dos impedimentos legais relegavam mulheres a papel de cidadãs de segunda classe a serem tuteladas. O debate existencial da condição de mulher e da ruptura com o destino biologizante da condição de fêmea empreendido por Beauvoir no fim dos anos de 1940 nortearam o pensamento das feministas da época.

Na obra de referência para o feminismo *O Segundo Sexo* (1949/2016), Beauvoir inicia suas reflexões sobre a questão feminina ao pôr em xeque a feminilidade a partir da revisão desses constructos na biologia, na psicanálise e no materialismo histórico. A partir dessa análise, a autora denuncia uma série de mitos que se apoiam na ideia da feminilidade, resultado da construção socio-histórica maciça que coloca a mulher como a negação do homem. O masculino é a tábua rasa do sujeito, do ser humano universal. O homem é o neutro e a mulher é a sua negação. “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o outro” (p. 12-13).

Pierre Bourdieu trabalha muito bem com a construção histórica de pares homólogos de signos e da linguagem – chamado de *habitus*³ - que antepõem os sexos semanticamente e reificam esses constructos sociais numa perspectiva de subalternidade e inferioridade de mulheres em relação aos homens. Esse *habitus* reitera o *paradoxo da doxa*, cuja a ordem do mundo, tal qual está, com suas sanções, proibições, regras e signos, são mantidas para que se evitem rupturas e outras formas de transgressão. Da cristalização dos signos de masculino e feminino é que a dominação masculina opera. Nas palavras do autor.

[...] vi na dominação masculina e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância do sentimento. (Bourdieu, 2012, p.8)

³ Estrutura social incorporada pelos agentes pelo modo de pensar, falar, agir. Gênero passa a ser *habitus* sexuado, como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade.

É esse tipo de violência simbólica em amplo espectro, que ultrapassa restrições meramente legais que a segunda onda feminista irá tratar. Uma miríade de demandas veio à tona, como acesso e direitos iguais no mercado de trabalho, direitos sexuais e reprodutivos, combate à violência doméstica e a violência sexual, e o papel da mulher na família. No campo da teoria, o binômio sexo/gênero é definido e diferenciado, sendo o primeiro biológico e o segundo, construção social (Rubin, 1975). E essa construção social binária e patriarcal estabelece relação simbiótica na manutenção do sistema capitalista para a sua própria subsistência.

No que tange o feminismo norte-americano, *A Mística Feminina* de Betty Friedan (1971) vem denunciar o destino manifesto da mulher relegada ao lar e ao cuidado do marido e dos filhos, impossibilitada pelos constructos sociais a ter agência ou possibilidade de escolha que permitissem o gozo de sua sexualidade, seu intelecto e sua capacidade produtiva. A obra teve grande impacto nas classes médias e brancas dos Estados Unidos, e conseqüentemente no mundo ocidental, mas foi alvo de duras críticas por parte das camadas da sociedade que não correspondiam ao tropo da donzela presa a uma redoma de vidro.

A inevitabilidade da maternidade, a subordinação ao marido, a relegação da mulher ao ambiente doméstico, a proibição do aborto são todas questões muito reais em ebulição no período. Muitas conquistas acompanharam o movimento, como a disseminação de métodos contraceptivos, especialmente a pílula anticoncepcional, a legalização do aborto em muitos países do Norte, o debate sobre direitos como licença maternidade e o ingresso das mulheres ao mercado de trabalho. Isso não invalida a crítica à universalização de um modelo hegemônico de feminismo e os embates internos dentro do movimento, subjacente a noção de que cada onda esconde lutas subalternas invisibilizadas (Harnois, 2008). Mulheres proletárias ou negras nunca tiveram de lutar para estarem no mercado de trabalho. A questão girava em torno da precariedade das posições. O mesmo se dá com a questão do aprisionamento ao casamento,

uma vez que questões como abandono parental e do parceiro, a solidão da mulher negra, e exploração e objetificação do sexual eram questões bem mais caras ao movimento (Ribeiro, 2014). Essa crítica fez com que, nesse período, começassem a surgir narrativas do feminismo não branco, em paralelo com o feminismo neo-marxista e o feminismo liberal, entre outras experimentações do movimento pela igualdade de gênero.

A terceira onda feminista é inaugurada na década de 1990 e tem como obra cânone *Problemas de Gênero* de Judith Butler (2008). Se para Beauvoir, gênero é um constructo social, Butler tem gênero como performance. Nesse sentido, há uma desestabilização da noção do que é ser mulher e a mulher como sujeito unificado, uma vez que qualquer tentativa de definição é acompanhada de normatização. Em suas palavras:

For the most part, feminist theory has assumed that there is some existing identity, understood through the category of women, who do not initiates feminist interests and goals within discourse, but constitutes the subject for whom political representation is pursued. But politics and representation are controversial terms. On the one hand, *representation* serves as the operative term within a political process that seeks to extend visibility and legitimacy to women as political subjects; on the other hand, representation is the normative function of a language is said either to reveal or to distort what is assumed to be true about the category of women [...].

Recently this prevailing conception of the relation between feminist theory and politics has come under challenge from within feminist discourse. The very subject of women is no longer understood in stable or abiding terms. There is a great deal of material that not only questions the viability of “the subject” as the ultimate candidate

for representation or, indeed, liberation, but there is very little agreement after all on what is that constitutes, or ought to constitute the category of women⁴. (2008, p.2)

Gênero é performativo na medida em que não é um traço ontológico inerente ao ser, mas uma reprodução de ações e comportamentos ao longo da história, cujos estereótipos não são estanques. Não é uma atuação, mas a corporificação dos signos de afirmação do feminino e do masculino (Butler, 2008). E se gênero é performance e não há essencialmente nenhuma substância que defina ou isole o feminino, o discurso universal de uma só mulher é excludente. Quando pensamos no trabalho e na pressão sócio-histórica-cultural-material que se impõe no se constituir mulher, e ainda assim esta ser uma identidade performática, a identidade feminista derivada do “ser mulher” é, portanto, ainda mais volátil. As mais diversas opressões inerentes a classe, raça, orientação sexual, performance de gênero heterodiscordante, ancestralidade, origem, atributos físicos e intelectuais atingem as mulheres das mais diversas formas, em um exercício de análise combinatória quase que infinito.

Nessas diferentes formas de fazer o gênero, existem diversas formas de exercer o feminismo e a terceira onda viabiliza essa expressão. Nela toma tónus os debates dissidentes da onda anterior como o feminismo negro, o feminismo decolonial, o feminismo não-branco e a teoria *queer*, com seus vários desdobramentos e debates derivados que abrangem, mas não se restringem ao feminismo. Também ganham centralidade discussões a respeito de identidade e

⁴ Em sua essência, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada. Mas política e *representação* são termos polêmicos. Por um lado, a *representação* serve como termo operacional no seio de um processo político que busca entender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; por outro lado, a representação é a função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres.

Recentemente, essa concepção dominante da reação entre teoria feminista e política passou a ser questionada a partir do interior do discurso feminista. O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. É significativa a quantidade de material ensaístico que não só questiona a viabilidade do “sujeito” como candidato último à representação, ou mesmo à libertação, como indica que é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir a categoria mulher (tradução da edição brasileira).

representação, a busca da revolução sexual pelo prazer e não apenas pelo controle de natalidade, desafios aos padrões estéticos e de comportamento das mulheres, o combate a violência contra as mulheres e a manutenção e abrangência dos direitos sexuais e reprodutivos conquistados. O feminismo interseccional passa a ser denominado para contabilizar e incluir no debate opressões que vão além do gênero.

Donna Haraway vai argumentar que o feminismo se torna mais objetivo quando foge de uma perspectiva totalizante e se constitui a partir de saberes localizados, que acomodam projetos “críticos e paradoxais”. Ela chega a essa posição ao contrastar duas perspectivas feministas: a do marxismo humanista que falha em explicar qualquer coisa que as mulheres fazem fora da esfera econômica e a de um construtivismo social exacerbado que reduz todos os fenômenos a um exercício retórico.

Eis aqui a promessa de objetividade: um conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial. Não há maneira de "estar" simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero, raça, nação e classe. E esta é uma lista resumida das posições críticas. (Haraway, 2009, p. 26-27)

A noção de que não há um feminismo único é determinante para esse trabalho. Associando esse pressuposto epistemológico com a visão de identidades parciais e fluídas (Hall, 2009), admite-se aqui que as sujeitas que compõe o movimento feminista são igualmente diversas e mutáveis e que o movimento feminista não é se não o conjunto de movimentos e agendas parciais que por vezes se cruzam, por vezes não.

A incipiente quarta onda feminista, iniciada na presente década, vai se dedicar a novos modos de se fazer feminismo (Rampton, 2015). Há um abarcamento de novas tecnologias e capacidade de mobilização digital da militância e o eco de vozes distintas e dissonantes, ao mesmo tempo em que há crítica ao elitismo e nos meios virtuais de mobilização.

O feminismo no Brasil.

A trajetória do feminismo no Brasil é também cheia de contradições que impulsionaram debates particularmente a partir da segunda onda. Se a primeira onda privilegiava direitos políticos, sendo o sufrágio feminino uma das principais demandas, as segunda e terceira ondas lidavam com questões de aquisição de direitos políticos, econômicos, sociais e de foro mais individualizado como o corpo, o prazer, e a sexualidade (Sarti, 2004). Motivado pela iniciativa da Organização das Nações Unidas que instituiu 1975 como o Ano Internacional da Mulher, as agremiações de mulheres no Brasil surgiram em um contexto de restrições dos direitos civil e políticos de todos os indivíduos, em um período de disputa entre os modelos capitalista e socialista de produção.

Há uma narrativa de origem do ressurgimento do feminismo no Brasil, na década de 1970, que prevalece até os dias atuais. Essa narrativa foi resultado de disputas de poder entre diversos grupos feministas, e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no país entre 1964 e 1985. Essa luta envolvia, para uns, as dicotomias entre “lutas gerais e lutas específicas”, de um lado, e entre “verdadeiramente feministas e não-feministas”, de outro (Pedro, 2006, p.250).

O que Joana Maria Pedro trata em seu artigo como lutas específicas e lutas gerais está atrelado à duas correntes teóricas ligadas, por sua vez, ao modo de produção. As feministas militantes de lutas gerais atribuíam problemas relacionados a gênero como efeitos secundários do modo de produção capitalista e, uma vez superadas as contradições da sociedade capitalista, as contradições inerentes do patriarcado seriam também superadas. As feministas ligadas a lutas específicas se dedicavam não só a contradições impostas pelas dicotomias binárias, mas também a tensões entre diferentes grupos de mulheres, tratando de problemas referentes a sexualidade, prazer e questões sociais e culturais do ser mulher. Concebendo o feminismo como

movimento libertário é que se questiona a antítese entre luta geral e luta específica, e a própria classificação que rotula como no primeiro termo as lutas de classes e, no outro, reivindicações dos grupos estigmatizados — por exemplo, mulheres, negros, negras, gays e lésbicas. Se se concebe o feminismo como um movimento social de cunho libertário, busca-se a totalidade enquanto processo de transformação e o específico, no caso, só se justifica quando situado historicamente e relacionado a componentes deste processo. Assim, as formas de opressão na sociedade atual adquirem especificidades para cada categoria social, e é neste sentido que se percebe a pressão da mulher como específica, armando a participação das mulheres na luta contra o que mais diretamente lhe cabe de uma ordem discriminatória (Goldberg, 1987).

Desde os ensaios do feminismo dos anos de 1970, o movimento social relacionado à luta dos direitos das mulheres adquiriu outros matizes em que o binarismo das relações de poder patriarcais passa a dividir espaço com a não homogeneização da mulher (Fávero, 2010). As tensões entre lutas específicas e lutas gerais são desafiadas pela tendência de um feminismo individualizado, não militante. Nas palavras de Virgínia Ferreira, o feminismo de resistência emerge na pós-modernidade:

... na acentuação da individuação. Esta desloca a ênfase do discurso do grupo de mulheres para cada mulher. Então, pode dizer-se que, por exemplo, a luta pela não-discriminação passa para o corpo das subjetividades inter-individuais, para a gestão pessoal das relações e dos afetos. Uma vez que o poder se concebe agora como descentrado, complexo, multimodal e multifocal, as reivindicações feministas deixam de se focalizar no Estado para se dirigirem para cada vez mais para as relações a nível microssocial, no face-a-face dos indivíduos com outros indivíduos e com as instituições. Isto não exclui, mas antes impõe, que se organizem grupos em torno de problemas e objetivos concretos e limitados. Estes grupos podem transformar-se em grupos de

pressão na opinião pública, nas instituições públicas ou privadas implicadas na resolução do problema. (1988, p.102)

Na América Latina, a continuidade da segunda onda a partir dos anos de 1980 se apoiava nas lutas específicas, mas sem o componente anticapitalista, pelo menos no discurso *mainstream*. Resultado disso foi o foco em um feminismo muito ligado a questões culturais e identidade, ao mesmo tempo condizente com o estado neoliberal em voga, que relegava a mulheres posições flexíveis e mal remuneradas de trabalho e emprego (Schild, 2015). No Brasil, especificamente, as mulheres das classes altas e as que acendiam socialmente não socializavam as obrigações de cuidado com a família e os filhos, mas terceirizavam essa função para outras mulheres de classes mais baixas, numa ambiguidade perversa com a noção de emancipação (Fraser, 2013).

At one end, the female cadres of the professional middle classes, determined to crack the glass ceiling; at the other end, the female temps, part-timers, low-wage service employees, domestics, sex workers, migrants, EPZ workers and microcredit borrowers, seeking not only income and material security, but also dignity, self-betterment and liberation from traditional authority. At both ends, the dream of women's emancipation is harnessed to the engine of capitalist accumulation. (Fraser, 2013, p.110)⁵

Os movimentos feministas associados a lutas específicas do *sidestream* e com outros signos da subalternidade ganharam força a partir dos anos 1990 e notadamente a partir da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fazendo a crítica ao feminismo cooptado pelo neoliberalismo e a um pretensu empoderamento feminino que não desafiava nenhuma estrutura.

⁵ Em um extremo estão os quadros femininos das classes médias profissionais, decididos a quebrar o teto de vidro; no outro lado, mulheres trabalhadoras, trabalhadoras temporárias, trabalhadoras com baixos salários, funcionárias domésticas, profissionais do sexo, migrantes, trabalhadoras de Zonas de Processamento de Exportação e mutuárias de microcrédito, buscando não só segurança de renda e material, mas também dignidade, autoaperfeiçoamento e libertação de autoridade tradicional. Em ambos os fins, o sonho da emancipação das mulheres é aproveitado para o mecanismo de acumulação capitalista. (tradução nossa).

O próprio Partido dos Trabalhadores vinha com um trabalho de base com trabalhadores mulheres em rede, que pautavam essa agenda desde a redemocratização e a ecoaram, ainda que modestamente, quando o partido assumiu o Executivo nacional. Esse ressurgimento tem início com a onda de terceirização das políticas públicas sociais pelo próprio Estado neoliberal, nas décadas de 1980 e 1990. O maior espaço para ONGs e para o terceiro setor e, em seguida, a assunção de um governo mais voltado às causas sociais e dos trabalhadores, criou espaço para a interlocução política e participação social com os movimentos sociais. De repente, o *sidestream* passou a virar *mainstream* e figurar o vernáculo das políticas públicas e da cooperação internacional (Alvarez, 2014).

Os feminismos localizados.

O feminismo interseccional vem dar nome aos múltiplos feminismos inerentes à diversidade de identidades e da transversalidade de opressões que podem atingir as mulheres. Na tentativa de mimetizar os “saberes localizados” defendidos por Haraway (2009), essa seção trata das diferentes percepções e agendas feministas.

Uma das primeiras vozes dissidentes a tomar forma como crítica a perspectiva totalizante do feminismo branco foi o feminismo negro. Um dos nomes-chaves desse movimento é bell hooks, que em 1981 publica o livro *Ain't I a Woman*. O título do livro faz referência ao discurso da escrava emancipada Sojourner Truth na ocasião da Conferência das Mulheres de 1851 em Ohio, onde ela questiona se uma mulher negra não é uma mulher, nem uma irmã⁶. Partindo desse questionamento, hooks faz um exercício genealógico do movimento

⁶ Irmã nesse sentido deriva do termo *sisterhood/broderhood* e faz referência ao sentimento de irmandade entre a população negra.

de mulheres negras nos Estados Unidos e discute a sensação de não pertencimento das mulheres negras, tanto no movimento sufragista branco, tanto no movimento emancipacionista negro.

At a time in American history when black women in every area of the country have joined together to demand social equality for women and a recognition of the impact of sexism on our social status, we were by and large silent. Our silence was not merely a reaction against white women liberationists or a gesture of solidarity with black male patriarchs. It was the silence of the oppressed – that profound silence engendered by resignation and acceptance of one’s lot. Contemporary black women could not join together the fight for women’s rights because we did not see “womanhood” as an important aspect of our identity. Racist, sexist socialization had conditioned us to devalue our femaleness and to regard race as the only relevant label of identification. In other words, we were asked to deny a part of ourselves – and we did. Consequently, when the women’s movement raised the issue of sexist oppression, we argued that sexism was insignificant in light of the harsher, more brutal reality of racism. We were afraid to acknowledge that sexism could be just as oppressive as racism. We clung to the hope that liberation from racial oppression would be all that was necessary for us to be free. (hooks, 1981, p.1)⁷

⁷ Numa época da história americana, quando as mulheres negras em todas as áreas do país se uniram para exigir igualdade social para as mulheres e um reconhecimento do impacto do sexismo em nosso status social, permanecemos em grande parte silenciosas. Nosso silêncio não era apenas uma reação contra mulheres brancas liberacionistas ou um gesto de solidariedade com os homens patriarcas negros. Foi o silêncio dos oprimidos - esse profundo silêncio engendrado pela resignação e aceitação ao próprio lote. As mulheres negras contemporâneas não poderiam unir a luta pelos direitos das mulheres porque não vimos a "feminilidade" como um aspecto importante da nossa identidade. A socialização racista e sexista nos condicionou a desvalorizar nossa feminilidade e a considerar a raça como o único rótulo relevante de identificação. Em outras palavras, nos pediram para negar uma parte de nós mesmos - e nós fizemos. Consequentemente, quando o movimento das mulheres levantou a questão da opressão sexista, argumentamos que o sexismo era insignificante à luz da realidade mais dura e mais brutal do racismo. Tínhamos medo de reconhecer que o sexismo poderia ser tão opressivo quanto o racismo. Nós nos apegamos à esperança de que a libertação da opressão racial fosse tudo o que era necessário para sermos livres (tradução nossa).

O preconceito particular que as mulheres negras sofriam, pela sobreposição de gênero e raça – e porque não classe (Davis, 2016) – impulsionou para que elas se organizassem em uma lógica que escapasse da visão unidimensional e reducionista das feministas brancas. A violência policial como instrumento de controle e dominação, a restrição de direitos civis, as condições de subalternidade no trabalho e a hipersexualização eram questões gritantes para as mulheres negras, algo que não existia no discurso feminista hegemônico.

Um dos preceitos centrais do pensamento feminista moderno tem sido a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas”. Essa afirmação sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual, etc, não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher. (hooks, 2015, p. 197)

O componente classe também ocupa um papel fundador no feminismo. Como mencionado na seção anterior, os direitos de propriedade fizeram parte da agenda da primeira onda feminista e a disparidade salarial entre homens e mulheres é uma demanda ainda atual. As críticas mais contundentes ao aspecto burguês, no entanto, recaem sobre o papel da mulher na divisão internacional do trabalho (Saffioti, 2013) e a da manutenção do trabalho doméstico fora da economia industrial, aprisionando as mulheres a essa função de modo ainda muito primitivo (Davis, 2016). Carol Ehrlich vai dizer que:

As mulheres precisam saber (e cada vez mais elas são impedidas de descobrir) que o feminismo não tem a ver com se vestir para o sucesso, tornar-se executiva de grandes empresas e nem ser eleita para cargos públicos, não tem a ver com ter um casamento em que ambos têm profissões, ir esquiar nas férias e passar tempos longuíssimos com o marido e dois filhos adoráveis porque se tem uma empregada doméstica que possibilita tudo isso, mas que não tem tempo ou dinheiro para fazer isso por si; não tem a ver com abrir um Banco da Mulher, passar um fim de semana fazendo um curso caro que garante

que vai lhe ensinar a ser autoconfiante (mas não agressiva); mais do que tudo, não tem a ver com se tornar policial, agente da CIA ou general do exército. Mas se essas imagens distorcidas do feminismo se tornaram mais reais do que as nossas, em parte é por nossa própria culpa. Não temos nos esforçado tanto quanto deveríamos para apresentar análises alternativas claras e importantes, que se relacionem com a vida das pessoas, e para oferecer grupos ativos e acessíveis os quais se possa trabalhar. (1981, p.131)

A ascensão de mulheres a postos de poder na tentativa de mimetizar a dominação masculina, relegando outras mulheres à condição de oprimida, não representa a libertação feminina de fato. O feminismo marxista e o feminismo da classe trabalhadora vêm atentar para essas questões. Uma das expoentes desse pensamento no Brasil, Heleieth Saffioti (2013) vem criticar as questões de precarização das mulheres no mercado de trabalho, sujeitas a insegurança, informalidade e baixa organização sindical, tendo o trabalho feminino tratamento subsidiário na formação econômica capitalista e salário apenas complementar. Ademais, ela vem criticar o trabalho não remunerado aos quais as mulheres são relegadas, como o trabalho doméstico, as funções de cuidado e de criação dos filhos, instrumentalizando ainda mais a acumulação de capital.

O feminismo decolonial é outra perspectiva localizada que vem criticar a hegemonia do discurso feminista do Norte do sistema mundo, definindo colonialidade no gênero como um sistema de opressão capitalista e racista. “A imposição colonial do gênero atravessa questões sobre ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habitam a cuidar do mundo ou a destruí-lo” (Lugones, 2014, p.935). Nesse sentido, o feminismo decolonial desafia as estruturas modernas do capitalismo, pensando outras formas de estar no mundo. Segundo a autora, os colonizadores europeus impuseram duas dicotomias principais, a do humano e a do não-humano, relacionadas respectivamente aos europeus e aos povos indígenas. Outra dicotomia era a do homem e da

mulher com papéis gendrados muito definidos. No exercício da colonização, os papéis de gêneros exacerbados eram um dos instrumentos que serviram como dominação, afastando os povos indígenas da noção de gênero que eles tinham, apagando-lhes essa memória, junto com a questão da ancestralidade, família, religião, relação com a terra, natureza e modo de produção, sob o pretexto de civilizá-los. Lugones argumenta que essa relação de *apagamento* da cultura dos povos nativos faz-se presente ainda nos dias de hoje e propõe uma reconexão e ressignificação dessas relações sob a ótica do não-moderno.

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica. (Lugones, 2014., p.938)

O feminismo decolonial vem propor a diferenciação não só nos papéis de gênero e a superação da desumanização dos povos por meio do discurso da bestialidade, hipersexualidade e ou infantilização dos sujeitos. A mudança deve abranger:

a afirmação da vida ao invés do lucro, o comunalismo ao invés do individualismo, o “estar” ao invés do empreender, seres em relação em vez de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierárquica e violentamente. Estes modos de ser, valorar e acreditar têm persistido na oposição à colonialidade. (Lugones, 2014, p.929)

A heterossexualidade compulsória nas teorizações e debates a respeito da sexualidade feminina é um dos motes do feminismo queer. Monique Wittig (1992) coloca em “The Straight Mind” que as estruturas da sociedade, a psicanálise e as instituições tomam a heterossexualidade como o paradigma neutro, oprimindo mulheres, lésbicas, homens homossexuais, homens cuja masculinidade não é hegemônica, bissexuais, pessoas trans e qualquer modelo que fuja da heteronormatividade. Qualquer categorização desse tipo de

pensamento é feita em negação, mas a partir do pensamento heterossexual. Quando a autora discute a vivência da mulher lésbica, o termo *mulher* é posto em destaque, uma vez que “it would be incorrect to say that lesbians associate, make love, live with women, for 'woman' has meaning only in heterosexual systems of thought and heterosexual economic systems. Lesbians are not women⁸” (Wittig, 1992, p.82).

É importante notar o crescente espaço da luta LGBT e das teorizações que vão questionar e incluir o homem no debate, revisando os efeitos deletérios da masculinidade tóxica na expressão do sujeito e das suas possibilidades de ser (Connell, 2016). A teoria queer vem desafiar a noção do que é essencialmente ser mulher e mostrar outras formas de se relacionar com representação e desejo (Butler, 2008). Uma dessas formas é mostrar quem são essas pessoas e corpos que fogem da performance da heteronormatividade. Preciado (2011) usa muito da sua própria vivência e experimentação para dialogar com essa multidão de *anormais*, em suas palavras, que vão desafiar a própria não naturalidade do *normal*. Assim, em *Manifesto contrassexual*, o/a autor/a vai propor que:

A contrassexualidade não é a criação de uma nova natureza, pelo contrário, é mais o fim da Natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros. A contrassexualidade é. Em primeiro lugar: uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas. Em segundo lugar: a contrassexualidade aponta para a substituição desse contrato social que denominamos Natureza por um contrato contrassexual. No âmbito do contrato contrassexual, os corpos se reconhecem a si mesmo não como homens ou mulheres, e sim como corpos falantes.

⁸ [...] seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, porque "mulher" tem significado apenas em sistemas heterossexuais de pensamento e sistemas econômicos heterossexuais. Lésbicas não são mulheres (tradução nossa).

Reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas. Por conseguinte. Renunciam não só a uma identidade sexual fechada e determinada naturalmente, como também aos benefícios que poderiam obter de uma naturalização dos efeitos sociais, econômicos e jurídicos de suas práticas significantes. (Preciado, 2014, p.21)

Por meio da tecnologia, Preciado (2011) propõe a desvirtuação do binarismo de gênero, considerado como prostético, a partir da mudança da materialidade dos corpos. A revolução dos corpos, acompanhada da revolução das práticas sexuais, tem o poder de ressignificar as noções vigentes de gênero, de sexo, e, sobretudo, de política.

Preciado (2014) localiza-se na vanguarda do debate e propõe que a tecnologia está a serviço da biopolítica e da sexopolítica para a superação da dualidade masculino/feminino e pênis/vagina. De acordo com a autora, gênero não existe para além da materialidade dos corpos e a tecnologia oferece possibilidades infinitas para novas definições de gênero, sendo os corpos anormais a inspiração para tanto.

A enumeração de diferentes expressões do feminismo na produção acadêmica e na prática feminista e a relação dialética que estabelecem (Collins, 2000) nos serve para dialogar, teoricamente, com as diferentes possibilidades de identidades feministas assumidas pelas nossas sujeitas de pesquisa. O exercício genealógico de recuperar o desenvolvimento do feminismo permite uma melhor compreensão a respeito do acúmulo histórico que viabiliza a expressão do feminismo na contemporaneidade. No capítulo 5, os resultados e a discussão serão comentados à luz da referência teórica proposta nesse presente capítulo.

Capítulo 2 - Participação social no Brasil

Esse capítulo tem em vista fornecer um breve e simplificado histórico da participação social no Brasil. Uma primeira seção traz marcos temporais da participação direta da sociedade civil no Brasil e conceitos importantes presentes em marcos legais que facilitarão o entendimento do papel dos conselhos e demais instâncias e em que termos a política de participação social atualmente acontece no Brasil. Uma segunda seção trará o histórico do CNDM desde a sua criação em 1985, as mudanças ao longo dos anos e detalhes do funcionamento e competências que o conselho tem.

Histórico de Iniciativas Participativas

Em 2014, a então presidenta Dilma Rousseff publicou o decreto nº 8.243 que instituiu a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, delineando conceitos a respeito da participação da sociedade civil no debate e deliberação de políticas públicas em diversas instâncias. Esse movimento dá maior amparo legal a ações do tipo que figuram no ordenamento político desde o século XX. Iniciativas como orçamentos participativos, conselhos, conferências, comissões, audiências públicas e fóruns passaram a figurar no ordenamento político brasileiro com mais proeminência desde a década de 1970 (Dagnino, 2004). No entanto, o primeiro conselho instituído em nível federal - o Conselho Superior de Ensino, reformulado diversas vezes até chegar ao atual Conselho Nacional de Ensino - é bem anterior e data de 1911 (Decreto n. 8659, 1911) - e o primeiro conselho participativo de âmbito nacional em direitos humanos, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), data de 1964 (Lei n. 4319, 1964). A partir do paulatino desmantelamento do regime militar, impulsionado tanto pela transição democrática controlada pelo governo, quanto pela pressão dos movimentos sociais que se delinearão naquele período, a democracia participativa começou a criar tónus.

O primeiro marco desse processo foi a campanha para eleições diretas em 1983 e 1984. Muito embora as eleições diretas para presidente de fato tenham ocorrido só em 1989, as lideranças populares organizadas com destaque para o movimento estudantil, os sindicatos, as entidades de classe e os partidos de oposição se articularam para propor um modelo mais participativo de governo ao obedecer ao princípio básico de escolha dos representantes:

A democracia participativa tem como componente básico a defesa da participação direta dos cidadãos na tomada de decisão grande inovação dos modelos participativos refere-se ao enriquecimento dos processos eleitorais que passam a prever a participação, tendo em vista o envolvimento dos cidadãos com a coisa pública. Nesse contexto de inovação dos processos eleitorais, surgem incentivos para enfatizar a deliberação pública, contribuindo para que os Estados assumam novos instrumentos com a finalidade de adequar-se a este modelo, o que vem influenciando os formatos das políticas e valorizando os aspectos qualitativos do processo democrático. (Souza, 2010, p.122)

Com a promulgação da Constituição de 1988, houve o reconhecimento da organização e a participação social como direitos e valores a serem garantidos e fomentados. Há quatro artigos específicos (194, 198, 204 e 216) que respectivamente tratam da participação da comunidade em políticas de seguridade social, saúde, assistência social e cultura. Os orçamentos participativos criados, principalmente no nível municipal, e os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e colegiados com esse viés estenderam para o nível federal a participação social em políticas de educação, acesso a direitos, assistência social, cultura, saúde, trabalho e emprego, etc.

Em momento posterior, a partir do governo Collor, a perspectiva neoliberal adotada estreou uma fase de encolhimento do Estado como provedor de direitos. As iniciativas participativas, apesar de vigentes, tiveram a sua prioridade reduzida nesses anos em que a responsabilidade pelas questões sociais foi parcialmente transferida do governo para as

organizações da sociedade civil, mantendo-se em municipalidades com governos de esquerda. É possível dizer que o terceiro setor funcionou na mesma lógica das privatizações do período, assumindo competências e gerindo políticas que outrora eram atribuídas ao Estado, só que de forma mais restrita e limitada. A *terceirização* da agenda social para as ONGs limitaram o papel de *checks and balances* (ou freios e contrapesos) da sociedade civil ante o Estado, reduzindo também o debate entre essas duas instâncias (Dagnino, 2004).

A partir do governo Lula houve um período de inflexão em que políticas econômicas não mais eram percebidas de forma dissociada da política social. A superação do modelo neoliberal, sem o retorno ao estado desenvolvimentista, inaugurou uma fase que combinou medidas de bem-estar social com crescimento e estabilidade econômica no Brasil, associada inclusive pelo aumento de renda e do mercado consumidor, impulsionados por políticas de transferência de renda (Avritzer, 2011). Consequentemente, a relação entre Estado e Sociedade Civil também se modificou, tornando-se mais madura. Aposenta-se a noção assistencialista do terceiro setor combinada com a negligência do Estado e inaugura-se uma fase de maior institucionalização entre sociedade civil e Estado, com maior nível de regulação dessas dinâmicas.

Mudanças ocorridas na sociedade política brasileira e latino-americana nos anos de 1980 e 1990 – o modo como a sociedade política, os partidos de políticos de esquerda e, especificamente, o Partido dos Trabalhadores teriam atuado para a formalização do que se chama de “instituições participativas”, incorporando demandas sobre participação presentes em suas origens externas às instituições políticas formais. (Romão, 2010, p.200)

Desde 2003 há um crescente de órgãos colegiados no âmbito federal, estadual e municipal, em arranjo que promove a interlocução entre governo e sociedade civil na definição de agendas, monitoramento e construção de políticas públicas para temas sociais. A Lei nº

12.593/2012, que institui o Plano Plurianual – PPA, define como diretriz do PPA a ampliação da participação social (art. 4º, II) e impõe ao Poder Executivo, como meta para o período 2012-2015, a criação de um Sistema Nacional de Participação Social. Posteriormente, o Decreto nº 8.243/2014 institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). A PNPS é o conjunto de conceitos e diretrizes relativos às instâncias e mecanismos criados para possibilitar o diálogo, a aprendizagem e o compartilhamento de decisões entre o governo federal e a sociedade civil. Nela são definidos os instrumentos possíveis de participação social, reiterados valores de inclusão social sob todos os vieses (gênero, raça, religião, condição sexual, orientação sexual, origem, etc), com o objetivo primordial de consolidar a participação social no âmbito do governo, ampliando os mecanismos de controle social. O SNPS, por sua vez, será composto pelos entes de participação social para acompanhar a aplicação da política em uma rede integrada flexível e não hierárquica.

Para que essa terminologia fique mais clara, o decreto oferece uma lista extensa com a nomenclatura e breve descrição de alguns dos mais comuns instrumentos de participação social vigentes no ordenamento político brasileiro.

I - sociedade civil - o cidadão, os coletivos, os movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações;

II - conselho de políticas públicas - instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas;

III - comissão de políticas públicas - instância colegiada temática, instituída por ato normativo, criada para o diálogo entre a sociedade civil e o governo em torno de objetivo específico, com prazo de funcionamento vinculado ao cumprimento de suas finalidades;

IV - conferência nacional - instância periódica de debate, de formulação e de avaliação sobre temas específicos e de interesse público, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil, podendo contemplar etapas estaduais, distrital, municipais ou regionais, para propor diretrizes e ações acerca do tema tratado;

V - ouvidoria pública federal - instância de controle e participação social responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços públicos, prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas ao aprimoramento da gestão pública;

VI - mesa de diálogo - mecanismo de debate e de negociação com a participação dos setores da sociedade civil e do governo diretamente envolvidos no intuito de prevenir, mediar e solucionar conflitos sociais;

VII - fórum interconselhos - mecanismo para o diálogo entre representantes dos conselhos e comissões de políticas públicas, no intuito de acompanhar as políticas públicas e os programas governamentais, formulando recomendações para aprimorar sua intersectorialidade e transversalidade;

VIII - audiência pública - mecanismo participativo de caráter presencial, consultivo, aberto a qualquer interessado, com a possibilidade de manifestação oral dos participantes, cujo objetivo é subsidiar decisões governamentais;

IX - consulta pública - mecanismo participativo, a se realizar em prazo definido, de caráter consultivo, aberto a qualquer interessado, que visa a receber contribuições por escrito da sociedade civil sobre determinado assunto, na forma definida no seu ato de convocação; e

X - ambiente virtual de participação social - mecanismo de interação social que utiliza tecnologias de informação e de comunicação, em especial a internet, para promover o diálogo entre administração pública federal e sociedade civil. (Decreto nº 8243/2014)

Dados de 2014 dão conta que há cerca de 40 Conselhos e Comissões de Políticas Públicas, formados por 668 representantes do governo e 818 representantes da sociedade civil. Foram realizadas 121 Conferências Nacionais desde a promulgação da CF/88, sendo 97 delas entre 2003-2013 e cerca de 85% dos programas do Governo Federal possuem interfaces socioestatais, entre ouvidorias, mesas de diálogo, audiências públicas, consultas públicas, conselhos, conferências e plataformas virtuais (Cartilha Política Nacional de Participação Nacional, 2014). Quando se contabiliza essas instâncias nos estados e nos municípios, existem aproximadamente 20.000 instâncias colegiadas, em diferentes graus de funcionamento e periodicidade das reuniões (Ciconello, 2008).

Muito é discutido sobre a legitimidade das instâncias de participação social e a qualidade e efetividade das suas definições nas políticas públicas. Uma das hipóteses é que a participação direta levaria ao aprendizado democrático, o qual, por seu turno, levaria ao aprofundamento democrático (Avritzer, 2011). No entanto, a efetividade desses mecanismos vis à vis os custos de mantê-los, do de escolha das entidades da sociedade civil para compor esses espaços, e a terceirização de responsabilidades do estado para a sociedade civil, desafiam a visão de que quanto mais expandidos forem os instrumentos de participação social, mais elevado será o grau de democracia no estado (Dagnino, 2004). A próxima seção trata de detalhar o funcionamento do CNDM e como as forças da sociedade civil e do governo operam para avançar na discussão dos direitos das mulheres.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

Vínculo institucional.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) é instância de participação social ligada atualmente a Secretaria Nacional de Direito das Mulheres, órgão ligado à Secretaria de Governo da Presidência da República. O vínculo institucional do CNDM tem mudado muito desde o

evento do golpe jurídico-parlamentar-midiático que depôs a presidenta Dilma Rouseff, acompanhando a mudança do organograma das pastas do governo federal. Nesse sentido é válido, primeiramente, detalhar todos os vínculos institucionais o CNDM teve desde que foi criado.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado pela lei nº 7353 de 1985. À época, o CNDM fazia parte da estrutura do Ministério da Justiça, com autonomia financeira. Em 1990, a lei nº 8028, mantém o CNDM como Órgão vinculado à Justiça, revogando sua autonomia financeira. Em 2003, no evento do Governo Lula, o organograma das pastas ministeriais é expandido, principalmente no que tange o aparelho de políticas sociais. Nesse movimento, o decreto nº 4.625, de 2003, seguido da lei nº 10.683/2003 criam a Secretaria Especial de Políticas das Mulheres da Presidência da República, a partir do desmembramento de uma Secretaria Nacional do Ministério da Justiça, a qual o CNDM passou a ser vinculado. Em 2012, o Decreto nº 7.765, altera o status da SEPM/PR para Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República, elevando-a ao status de Ministério.

Nos antecedentes do golpe, o governo cria pela Lei nº13.266/2016 o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, que absorve uma série de estruturas autônomas de políticas sociais no âmbito federal além da SPM, entre elas a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Com a emergência do governo Temer, o referido ministério é extinto, com menos de 6 meses de existência, pela Lei nº 726/2016 e suas Secretarias Especiais voltam para a compor a estrutura do Ministério da Justiça e Cidadania, a qual o CNDM volta a estar vinculado. Essa configuração, no entanto, é breve. Em fevereiro 2017, o Ministério dos Direitos Humanos é recriado pela Medida Provisória 768/2017, mas a pasta de políticas da Mulheres sai de seu organograma e passa a compor a Secretaria de Governo da Presidência da República República como Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a qual, até a data corrente, o CNDM se vincula.

Objetivos do conselho.

Sobre os objetivos e escopo do CNDM, suas atribuições foram mudando ao longo do anos. A lei nº 7.353 de 1985, que o cria, em seu primeiro artigo, dispõe que o conselho foi criado “com a finalidade de promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País”. Mais especificamente, o CNDM tinha como competência:

- a) formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública direta e indireta, visando à eliminação das discriminações que atingem a mulher;
- b) prestar assessoria ao Poder Executivo, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração e execução de programas de Governo no âmbito federal, estadual e municipal, nas questões que atingem a mulher, com vistas à defesa de suas necessidades e de seus direitos;
- c) estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate da condição da mulher brasileira, bem como propor medidas de Governo, objetivando eliminar todas as formas de discriminação identificadas;
- d) sugerir ao Presidente da República a elaboração de projetos de lei que visem a assegurar os direitos da mulher, assim como a eliminar a legislação de conteúdo discriminatório;
- e) fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher;
- f) promover intercâmbio e firmar convênios com organismos nacionais e estrangeiros, públicos ou particulares, com o objetivo de implementar políticas e programas do Conselho;
- g) receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências efetivas;

h) manter canais permanentes de relação com o movimento de mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades;

i) desenvolver programas e projetos em diferentes áreas de atuação, no sentido de eliminar a discriminação, incentivando a participação social e política da mulher. (Lei 7353/1985, Art 4º)

A partir desse descritivo, pode se observar uma gama vasta de atribuições que vão desde medidas de caráter consultivo e de monitoramento até a participação ativa no desenvolvimento de políticas públicas. Na própria estrutura do órgão, o conselho é definido como tendo caráter deliberativo.

O decreto nº 4773/2003 restringiu as atribuições da lei de criação do conselho, atribuindo a ele caráter consultivo. As atribuições do CNDM passara a ser: participar da elaboração de critérios e parâmetros para se atingir a igualdade de gênero; propor estratégias de monitoramento e fiscalização das políticas para as mulheres; apoiar a SPM/PR na articulação com outros entes da administração pública, dos estados e municípios, e das demais entes da sociedade civil não representados no conselho; promover e realizar estudos, debates e pesquisa sobre a situação das mulheres com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas; participar da organização das conferências nacionais de políticas públicas das mulheres; propor o desenvolvimento de programas e projetos de capacitação em gênero. É possível perceber uma redução das capacidades do CNDM no que tange a atuação direta na elaboração e execução de políticas públicas. Nesse decreto, o orçamento do conselho é condicionado à designação de recursos pela Presidência da República, extinguindo-se a autonomia financeira e o fundo que o amparava. Segundo Ciconello:

A institucionalidade anteriormente existente era o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), constituído em 1985, e que durante os anos 1990 se caracterizou por ser um espaço consultivo e esvaziado. Contudo, em 2003, com a criação da Secretaria

Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, o Conselho foi reformulado, contando com a presença majoritária de representantes da sociedade civil e com atribuições de caráter consultivo. No ano seguinte (julho de 2004), o governo organizou a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres⁹, com a presença de 2 mil mulheres em Brasília, sendo que mais de 120.000 mulheres participaram das etapas preparatórias municipais e estaduais. O resultado do processo da Conferência foi a elaboração de uma lista de diretrizes para a formulação do primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que orientaria a ação de todo o governo federal no tocante a igualdade de gênero. (2008, p7)

O decreto nº 6412/2008 dispõe que o CNDM é órgão de participação social de caráter consultivo e deliberativo. Dentre as finalidades, fica explícito no preâmbulo a de “formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero”. As competências do CNDM são mantidas inalteradas em linhas gerais até o atual decreto nº 8.202/2014, que define sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do CNDM.

Composição.

Para a composição, examino apenas a mais recente regulamentação, tendo em vista que a configuração e quantitativo de conselheiras mudou significativamente ao longo dos anos e o resgate traria mais confusão do que um panorama completo sobre análise de paridade e representatividade. O mais importante é indicar que o Decreto nº 8.202/2014 traz o maior quantitativo de conselheiras até o momento.

⁹ Desde então, a SPM/PR em articulação com o CNDM conduziram um total de quatro processos conferências.

Atualmente, o CNDM é composto por 41 conselheiras titulares, divididas em quatro blocos estruturais: dezesseis representantes titulares do governo federal, designadas pela Secretaria Nacional de Política das Mulheres; vinte e uma representantes da sociedade civil, indicadas pelas entidades escolhidas por processo seletivo; três conselheiras de notório saber; e uma conselheira emérita. Nesse sentido, há maior representação da sociedade civil *vis à vis* representantes do governo no que tange a paridade do conselho (Decreto n. 8202, 2014, Art 3º). O primeiro bloco prevê o mesmo quantitativo de suplentes, sendo as conselheiras suplentes do governo do mesmo órgão que as titulares. No caso do segundo bloco, são escolhidas no processo de seleção da entidade, além das vinte e uma entidades titulares, mais sete entidades para exercer a suplência. Os dois últimos blocos, de conselheiras de notório saber e a eméritas, não admitem suplência.

Da data da presente dissertação, os assentos governamentais são ocupados pelos seguintes órgãos¹⁰: Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que preside o CNDM (atualmente Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Governo); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério do Desenvolvimento Agrário (atualmente Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário); Ministério da Cultura; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Meio Ambiente; Secretaria-Geral da Presidência da República (atual Secretaria de Governo); Casa Civil da Presidência da República; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (atual Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial do

¹⁰ Nesse descritivo, foram atualizados os nomes dos Ministérios para como eles são atualmente chamados, após as reformas ministeriais do governo Temer. Pastas que foram extintas e tiveram seu grau hierárquico rebaixados foram mantidas com seu nome antigo e descritivo de configuração atual entre parênteses.

Ministério dos Direitos Humanos); Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (atual Ministério dos Direitos Humanos).

Na atual configuração do CNDM, as entidades da sociedade civil têm mandato de três anos, com a possibilidade de recondução por igual período. Entre as 21 conselheiras da sociedade civil há ainda uma subdivisão para 14 vagas para entidades classificadas como "Redes e Articulações Feministas e de Defesa dos Direitos das Mulheres" e 7 entidades classificadas como "Organização de Caráter Sindical, Associativo, Profissional ou de Classe". Para o triênio de 2014-2017, as entidades titulares escolhidas por eleição foram: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB); Confederação das Mulheres do Brasil/CMB; Fórum de Mulheres do MERCOSUL (FMM); Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN); Liga Brasileira de Lésbicas (LBL); Marcha Mundial das Mulheres (MMM); Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA); Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC); Parto do Princípio - Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa; Rede Mulher e Mídia; Rede Nacional Feminista de Saúde; Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RNFS); União Brasileira de Mulheres (UBM); União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB); Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD); União Nacional dos Estudantes (UNE). A configuração das representantes da sociedade civil do CNDM ilustra a orientação feminista que privilegia lutas específicas - entre elas mulheres negras, lésbicas, camponesas, trans, trabalhadoras, mães, indígenas - ainda que minoritariamente haja organizações que advogam pela questão da mulher de forma mais ampla (Pinto, 1992).

Desde o fim da SPM, absorvida pelo Ministério da Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, as conselheiras expressaram sua contrariedade no que foi entendido como um desmantelamento das instituições de direitos humanos no país. Em junho de 2016, com o processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff já bastante avançado, algumas das conselheiras publicaram uma carta de repúdio, denunciando o “golpe parlamentar-jurídico-midiático” e afirmando a impossibilidade de comporem uma instância de participação social sob um governo “golpista, patriarcal e ilegítimo”. Por meio dessa carta, os seguintes entes da sociedade civil renunciaram seus assentos no CNDM: Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras; Marcha Mundial das Mulheres; as conselheiras de notório conhecimento, Maria Betânia de Melo Ávila e Matilde Ribeiro; a Rede Mulher e Mídia, a Rede Economia Feminista; Articulação de Mulheres Feministas (“Carta de Renúncia”, 2016). As entidades suplentes que não abandonaram o conselho assumiram os assentos vagos e novo processo de escolha de conselheiras de notável saber foi realizado, por meio de chamada pública.

Seguida a derrocada de sete conselheiras, o CNDM, passou por interregno de reuniões¹¹, uma vez que foram feitas mudanças na pasta e na Secretaria-Executiva do Conselho. Como é a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres quem convoca as reuniões, por exercer a presidência do colegiado, e organiza a logística de diárias e passagens, o conselho ficou largos meses sem se reunir.

Superada essa fase, um novo desafio se apresenta, uma vez que o mandato das conselheiras da sociedade civil para o triênio 2014-2017 chegou ao fim, sem que fosse iniciado processo de escolha das futuras conselheiras do triênio 2018-2021, em um flagrante sinal de mal funcionamento do conselho. Esses fatores estão contemplados na dissertação, uma vez que ouvi representantes da sociedade civil e conselheiras de notório saber de três momentos distintos dessa crise institucional: as

¹¹ De acordo com o regimento interno, as reuniões ordinárias são trimestrais.

que renunciaram o assento do conselho, as que optaram por se manter nele e as que participaram da seleção de novas membras.

Capítulo 3 - Definição dos Objetivos

Partindo da psicologia histórico cultural e do materialismo dialético como nosso referencial epistemológico, e considerando o nosso referencial teórico de identidade associado às múltiplas possibilidades do feminismo, este trabalho tem como objeto de análise entender o processo de formação de identidade de um grupo de conselheiras do CNDM. Proponho, dessa forma, investigar as verdades localizadas das participantes da pesquisa, a partir do relato das trajetórias de vida e narrativas pessoais que imprimem significado às lutas, escolhas pessoais, profissionais e de militância, e no limite sobre si próprias e como elas se percebem.

Nesse contexto, meus objetivos são:

Objetivo geral

- Compreender o processo de formação da identidade feminista de conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher na práxis política da militância dos movimentos sociais e da participação social.

Objetivos específicos

- Identificar as possíveis diferentes concepções de feminismo de conselheiras da sociedade civil do CNDM, delineando lutas específicas e lutas gerais na militância;
- Investigar se a participação no CNDM e o protagonismo nos movimentos sociais infere na percepção de feminismo pelas sujeitas estudadas;
- Construir um espaço de reflexão sobre as questões que levam as mulheres a aderirem ao movimento social feminista.

Capítulo 4 – Metodologia

Pressupostos Metodológicos

Esta pesquisa tem caráter qualitativo, baseando-se em uma visão histórico-cultural do desenvolvimento humano e na concepção de um envolvimento de mútua construção entre pesquisador e fenômeno pesquisado. Vigotski (1931/2000), discutindo metodologia em Psicologia, retoma alguns princípios do materialismo dialético: o da diferença entre seres humanos e animais, sendo que o desenvolvimento psicológico faz parte do desenvolvimento histórico da espécie; e o da relação dialética do ser humano com a natureza, em que aquele é influenciado por ela, mas, ao mesmo tempo, a natureza é modificada enquanto ele constrói seus meios de existência. Logo, não haveria uma natureza humana fixa e universal. Estando sujeitos a diferentes conjunturas de alteração social do meio, os indivíduos adquirem infinitas formas de existência, sendo seu desenvolvimento um objeto de estudo dinâmico e processual (Oliveira, 2013).

Com base nesses princípios, compreende-se que uma metodologia que abarque o estudo do desenvolvimento humano e dos fenômenos que se remetem às relações entre os indivíduos deve ser construída na relação entre objeto e pesquisador, entendendo-se como papel do pesquisador o trabalho para a transformação social a partir da consideração da incontestável e inevitável diversidade humana e da conseqüente irrepitibilidade da experiência.

González Rey (1999) entende que o pesquisador se compromete ativamente com a produção do conhecimento, produzindo ideias e posicionando-se teórico-metodologicamente, constituindo-se como um sujeito interativo, motivado e intencional. A pesquisa desenvolve-se por meio de um diálogo permanente entre pesquisador e pesquisado, podendo assumir diferentes caminhos, formas complexas e contraditórias, durante o processo. Dessa forma, o método aqui apresentado constitui uma proposta não linear, estando sujeito a constante construção, revisão e crítica da metodologia a partir da relação com o objeto e as decisões

político-filosóficas da pesquisadora. Somente tal flexibilidade permite abarcar o fenômeno enfocado em sua complexidade, desvelando suas relações dinâmico-causais subjacentes, em postura crítica e politicamente consciente.

Contexto e Participantes

Esta pesquisa foi desenvolvida com 6 conselheiras titulares do CNDM, com participantes da sociedade civil e participante de notório saber que compuseram o Mandato 2014-2017. Como explicitado no capítulo 2, que remonta aos principais marcos legais do CNDM, as organizações da sociedade civil são escolhidas para mandato de três anos, sendo permitida uma recondução. Após eleitas as entidades que vão compor o conselho, elas indicam os nomes das conselheiras que vão representá-las. É importante deixar sublinhado que, no período de três anos do mandato das organizações da sociedade civil, a representante em si pode mudar e alternar, de acordo com a disponibilidade do quadro da organização. Em relação às conselheiras de notório saber, a escolha das representantes é feita nominalmente, sendo o mandato mantido na titularidade da mesma conselheira por todo o período, a menos que o assento se torne vago por desistência ou motivo de força maior.

Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH) (Ver Anexo 1), foi tentado contato com a Secretária-Executiva do CNDM da então Secretaria Especial de Política para as Mulheres do então Ministério da Justiça e Cidadania¹² por e-mail e por telefone, sem retorno à demanda da indicação da listagem das atuais conselheiras. Havia uma listagem disponível na página *web* da SPM/MJC com a relação do quadro de conselheiras do CNDM para o triênio 2014-2017.

¹² Atualmente a Secretaria Nacional de Política para as Mulheres está dentro do organograma da Secretária de Governo.

Entrei em contato com todas as conselheiras da sociedade civil (titulares e suplentes) e todas as conselheiras de notório saber por e-mail e por telefone. Cabe sublinhar que, para o escopo da pesquisa não era interessante entrar em contato com as conselheiras governamentais, uma vez que o objetivo era conhecer a trajetória identitária das conselheiras que compunham o movimento feminista e estavam envolvidas com a causa progressamente à nomeação do conselho, o que nem sempre é o caso das representantes governamentais, que compõem a instância institucionalmente.

Inicialmente, a ideia era fazer entrevistas com o maior número de conselheiras possíveis, mas a pesquisa teve de se adaptar à realidade do CNDM. A partir do pressuposto de que a pesquisa é fluída e suscetível às condições materiais e ao contexto histórico do local e da época em que ela é realizada, a configuração das participantes sofreu alteração desde a ideia inicial. Como o campo foi realizado no segundo semestre de 2017 e o contato começou a ser feito no primeiro semestre daquele ano, o CNDM encontrava-se num interregno de reuniões, com uma série de conselheiras que haviam vacado seus assentos em resposta ao golpe midiático-parlamentar-jurídico que depôs a Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Nesse sentido, das 21 conselheiras titulares da sociedade civil, das sete conselheiras suplentes da sociedade civil e das três conselheiras de notório saber, apenas oito responderam ao meu pedido de entrevistas e, efetivamente, apenas seis concordaram em abrir espaço nas suas respectivas agendas para falar comigo. Desse modo, participaram desta pesquisa cinco conselheiras da sociedade civil e uma de notório saber, com idades entre 34 e 71 anos de idade. Dessas, três eram brancas, uma era parda, uma era índia e uma era negra.

Para um melhor panorama das participantes envolvidas na pesquisa, a Tabela 1 resume e compara os seguintes dados: nome fictício (escolhi nomes fictícios que remetesse a importantes ícones do feminismo e do protagonismo feminino do Brasil); tipo de representação

que ocupavam no CNDM; organização que representavam no conselho; profissão; local em que nasceram; local onde vivem atualmente e idade no momento da entrevista.

Tabela 1

Caracterização das participantes da pesquisa

Nome Fictício	Status no CNDM	Organização	Profissão	Nascida em	Residência	Idade^a
Margarida	Ex-conselheira (deixou o CNDM)	Rede Economia Feminista	Cientista social	Belo Horizonte-MG	Fortaleza-CE/ Brasília-DF	34 anos
Dandara	Conselheira	Fórum Nacional de Mulheres Negras	Ativista do movimento negro	Piracicaba-SP	Piracicaba-SP	43 anos
Cora	Ex-conselheira (substituída pela sua Organização)	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG	Sindicalista	São Francisco do Guaporé-RO	Porto Velho – RO	45 anos
Pagu	Conselheira	União Brasileira de Mulheres – UBM	Professora universitária	Pires do Rio – GO	Goiânia-GO	64 anos
Anita	Ex-conselheira (deixou o CNDM)	Rede Mulher e Mídia	Pesquisadora	Alexandria – Egito	São Paulo	71 anos
Clara	Conselheira	Representação individual. Conselheira de notório saber.	Professora	São Paulo-SP	Tacaratu-SP	45 anos

^a Nota. Idade no momento da entrevista.

Como ficou claro no Capítulo 2, a escolha das membras da sociedade civil do CNDM obedece, regimentalmente, à duas categorias: 1) redes e articulações feministas e de defesa dos direitos das mulheres; 2) organizações de caráter sindical, associativa, entidades de classe que atuam na promoção do direito das mulheres. Dentro dessas duas subdivisões, os mandatos do triênio 2014-2017 trazem um recorte bem diverso de entidades feministas, com uma gama de lutas específicas variadas. Como o contato com as conselheiras não foi intermediado pela

Secretaria-Executiva do CNDM e havia limites temporais e de canais de comunicação para insistir no contato com as conselheiras não-responsivas, tive que tentar estabelecer contato com todas as conselheiras diretamente. Nesse sentido, algumas lutas específicas como a questão das mulheres latino-americanas, as lésbicas, as mulheres da floresta, os grupos em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, ficaram marginalmente contemplados na discussão. Apesar disso, a intenção da dissertação nunca foi a de pretender esgotar a formação identitária da maior quantidade de vertentes do feminismo possível, mas sim estabelecer o debate qualitativo a partir das falas das participantes e tirar o máximo daquelas experiências específicas.

Ainda assim, as falas das participantes, mesmo sendo entrevistadas individualmente, conseguiram produzir um diálogo interno. A presença de diversidade racial entre as participantes, amplitude geográfica e temas de menor projeção na grande mídia especializada, como a identidade e luta das feministas indígenas e camponesas são tópicos não esperados inicialmente, mas que foram extremamente bem-vindos à discussão.

Procedimentos e Instrumentos da Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo consistiu em entrevistas semiestruturadas individuais, com duração que variou de 30 minutos a duas horas. Quando possível, as entrevistas foram feitas pessoalmente, com o áudio gravado para posterior transcrição integral. Apesar de a maioria das entrevistadas viverem fora de Brasília, foi possível falar com quatro delas em um evento nacional sobre saúde da mulher, que reuniu uma série de lideranças do movimento feminista. Apenas duas entrevistas tiveram de ser feitas por meio do software Skype, não sendo possível a gravação. No momento em que essas entrevistas estavam sendo realizadas, anotei principais pontos de fala e excertos mais significativos, para, imediatamente após o fim, fazer anotações mais desenvolvidas em um diário de campo, que incluía minhas impressões. Nesse sentido, a

maioria das falas dessas duas participantes são referenciadas como discurso indireto, para que se proceda a discussão.

Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver anexo B) e o Termo de Autorização para Utilização de Som de Voz para fins de Pesquisa (ver anexo C) após a realização da entrevista. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado padrão para todas as participantes. No entanto, como o propósito é criar um diálogo interno entre as falas das participantes, as entrevistas subsequentes eram influenciadas por temas e observações que surgiram nas entrevistas anteriores. A partir do rumo em que as falas das participantes tomavam, novas perguntas passaram a surgir, de modo a criar um processo mais livre para que elas falassem sobre temas e passagens de suas trajetórias que sentiam ser mais relevantes.

Inspirada no método narrativo, encorajava-se que as falas das participantes fossem longas. Foi feito esforço consciente para criar um roteiro semiestruturado que contasse uma história de vida, passando por momentos chaves, como os primórdios do envolvimento feminista, a adesão ao movimento social e a participação no conselho. No entanto, interrupções e quebras de fluxo de consciência foram evitadas ao máximo (Sousa e Cabral, 2015). As perguntas vinham muito mais para motivar a fala do que para oferecer uma quebra ou mudança abrupta de tópico.

Procedimentos de Análise

Para a análise das entrevistas utilizamos como inspiração o método narrativo, que pretende tirar conclusões a partir de casos específicos. Nesse sentido, não há a busca por uma verdade científica e universal, mas a verdade parcial obtida através da interpretação do pesquisador a respeito da produção de sentido das histórias de vida contadas pelas participantes (Clandinin e Connelly, 2011). A entrevista narrativa nesse sentido vai ao encontro do objetivo

da pesquisa de entender processos de formação de identidade, uma vez que narrar histórias e contar a vida caracteriza-se como uma das possibilidades de tecer identidades, de compreender como tornamos quem somos e das configurações que nos são forjadas (Sousa & Cabral, 2015).

As entrevistas semi-estruturadas foram pensadas para que as participantes retomassem seu passado mais distante, refletissem sobre seu passado próximo e seu presente e pensassem em uma perspectiva de futuro. Como coloca Muylaert, Sarubbi Jr, Gallo, Neto e Reis, “uma das funções da entrevista narrativa é contribuir com a construção histórica da realidade e a partir do relato de fatos do passado, promover o futuro, pois no passado também há a possibilidade de projetar o futuro” (2014, p.195). O papel da pesquisadora, na análise de dados visa a interpretar a narrativa de modo a extrair o significado inerente não só nas palavras, mas no todo a ser percebido na sucessão de eventos (Sousa & Cabral, 2015). Nessa empreitada, além da produção de sentido da pesquisadora a respeito de cada uma das narrativas das participantes, esse esforço interpretativo consiste em criar diálogo narrativo entre as falas das participantes e com o arcabouço teórico que delinea a pesquisa.

Uma vez transcritas as entrevistas em sua totalidade, as falas de cada uma das participantes foram sendo separadas em tema para, na análise de resultados, estabeleceram um debate de experiências. A separação dessas unidades de significação é estabelecida pela pesquisadora a partir do exercício interpretativo que “atribui significado a formas diferentes do objeto estudado, nos marcos da organização conceitual mais complexa do processo interpretativo” (González-Rey, 2011, p.32). Nesse sentido, elas são tanto estabelecidas pelo pesquisador quanto resultado do que pode se aferir na pesquisa, obedecendo o exercício dialético que foi pretendido.

Esse exercício interpretativo perpassa não só definições temáticas macro na pesquisa narrativa. Desde a elaboração do roteiro semi-estruturado, há uma definição prévia de quais momentos da vida e da militância deveriam ser privilegiados, e a cada entrevista há uma

reinterpretação. Do mesmo modo, a análise não se limita ao conteúdo dito, mas também nas entonações, ênfase e pausas. Não foi empreendido fazer exclusivamente uma análise categorial, nem holística (Paiva, 2008). Tanto o conteúdo integral das entrevistas, quanto os excertos em separado foram utilizados para que se fizesse a interlocução com a teoria e com o debate ampliado com as demais participantes. Ao ouvir a voz dos participantes:

podemos reconhecer que os dados de suas vidas são relevantes, na medida em que os projetos pessoais estão articulados a outros de natureza coletiva; o contexto social, cultural, econômico e político influencia na constituição da pessoa e do profissional; a história de vida pessoal e profissional de cada um coaduna-se com sua prática; são importantes elementos no sentido de se pensar a maneira pela qual pode se realizar seu desenvolvimento profissional. (Sousa & Cabral, 2015, p.151)

A pesquisa de inspiração narrativa torna-se tanto método de análise quanto fenômeno pesquisado, uma vez que é a partir da vocalização do pensamento e da ordenação da experiência, naquele determinado momento e contexto sociocultural da vida da participante, que são tecidas conclusões a respeito da formação identitária, também únicas e específicas daquele determinado momento e do contexto sociocultural da vida da pesquisadora (Sahagoff, 2015). É a partir dessa dupla relação de produção de sentidos, das participantes e da pesquisadora, que os resultados são analisados, preservando desta maneira, a coerência dialética da pesquisa.

Capítulo 5 – Resultados e Discussão

Cada entrevista gerou reflexões a respeito do processo de formação identitária do que se provou ser – por meio do autorreconhecimento de cada uma das participantes – além de lideranças da luta pelos direitos das mulheres, acima de tudo, lideranças feministas. É importante fazer essa diferenciação porque a associação com organizações da sociedade civil que advogam direitos para as mulheres não necessariamente carrega consigo a identidade feminista.

Como mencionado no capítulo anterior, a busca por criar uma narrativa de vida, quando possível em ordem cronológica, mas de todo modo permitindo idas e vindas no tempo para a menção de eventos e fatos importantes, criou significados transversais às participantes, que norteiam a avaliação dos resultados. O intuito deste capítulo é criar algumas categorizações a partir desses significados, articulando as falas das participantes entre si e com o nosso referencial teórico.

Antes de chegarmos à essa parte, é importante comentar que a pesquisa me levou a caminhos não antecipados nas etapas preliminares ao campo. Como a pesquisa funciona de forma orgânica, ela está sujeita a limites, mas também a possibilidades.

Sempre saltou mais aos meus olhos, enquanto pesquisadora e mulher feminista, o feminismo mais individualizado e voltado a questões com o parceiro, o cuidado de si, as pressões estéticas e os direitos sexuais e reprodutivos – todas questões igualmente importantes. Quando as participantes levantaram questões a respeito de mulher e ecologia, da questão das mulheres rurais e que ocupam os postos de trabalho mais mal remunerados da sociedade, e do feminismo indígena, novos debates passaram a ser tratados, escapando um pouco da perversa associação entre feminismo e capitalismo, principalmente a partir da segunda onda (Fraser, 2012).

Fraser defende em sua teoria crítica que o feminismo contemporâneo deve conciliar demandas por reconhecimento com demandas por redistribuição, ou seja, preservar a necessidade das diversas identificações do feminismo cultural enquanto milita pela igualdade socioeconômica, esse tema último um pouco obscurantizado pelo feminismo neoliberal. Para tanto, a autora propõe que sejam criadas condições de paridade de representação.

I introduce the view of justice as parity of participation. Designed to identify two different kinds of obstacles (economic and cultural) that prevent some people from participating as peers in social interaction, the principle of participatory parity overarches both dimensions of (in)justice–(mal)distribution *and* (mis)recognition–and allows us to bring them together in a common framework¹³. (2012, p. 10)

O conselho consegue conferir algum tipo de paridade de participação, abrindo, pelo menos no nível da representação, multiplicidade de discursos que desafiam o *mainstream* do movimento social. Essa diversidade de demandas e lutas aparecem nas falas da pesquisa, coincidentemente atrelando multiplicidade cultural a demandas não só de reconhecimento, mas também de redistribuição.

Nesse capítulo, trataremos das concepções das próprias entrevistadas a respeito da formação de suas identificações com o feminismo.

Os Primórdios

Precisar o momento em que se torna feminista vai de encontro aos pressupostos epistemológicos desse trabalho. À luz da psicologia histórico-cultural, os processos de formação de personalidade, e por analogia, de identidade, não são estanques (Silva, 2009). A

¹³ Eu introduzo a visão de justiça como paridade da participação. Desenhado para identificar dois tipos diferentes de obstáculos (econômicos e culturais) que impedem que algumas pessoas participem como pares na interação social, o princípio da paridade participativa envolve as dimensões de (in) justiça - (má) distribuição e (falta de) reconhecimento - e nos permite reuni-los em um quadro comum (tradução nossa).

identidade feminista não é uníssona para todas as mulheres, nem é articulada de forma constante ao longo da vida (Hall, 2009). Nesse sentido, essa seção busca investigar como esse processo foi tomando forma na vida das conselheiras e por quais caminhos foi forjada a identidade feminista. Em todos os encontros, foi feito um apanhado geral da pesquisa, sendo pedido que as participantes falassem um pouco de si, da sua infância, trajetória de vida e processo de adesão ao movimento social.

Sem entrar muito em detalhes sobre os demais tópicos, Margarida começou falando da sua trajetória no movimento social, iniciada no movimento estudantil quando era estudante de graduação em Ciências Sociais no Ceará.

Logo no início a vivência na universidade, desde que eu entrei eu comecei a militar, muito a partir do movimento estudantil, quando nem existia de fato Centro Acadêmico, a gente reabriu no CA, e logo no início eu percebia situações de machismo e de desigualdade... dentro do movimento estudantil, na história das falas, do respeito as falas. Quando era uma mulher que falava, ninguém prestava atenção, quando era um homem, falando a mesma coisa que a mulher tinha dito um pouco antes, todo mundo aplaudia e tinha um olhar completamente diferente. Falas entrecortadas também. Então isso começou a me incomodar e eu comecei a me abrir para perceber essa questão do machismo.

Foi só quando foi pedido que ela voltasse um pouco no tempo é que ela contou de sua infância, ou vivência pré-movimento social. Filha de pais separados, Margarida relata que não tem registro de uma situação de machismo marcante em sua infância. Nascida em Belo Horizonte, ela viveu na cidade até os 14 anos e aponta que, por mais que o hipercuidado e recato do *genre de vie* (Braga, Fiúza, Remoaldo, 2017) mineiro sejam característica que ela consegue perceber, a vida de sua família nuclear eminentemente feminina criou um ambiente, pelo menos intimamente, mais hermético e protegido do machismo.

Em Minas eu não sentia muito, mas em Minas eu tenho uma família de mulheres. Quando eu era pequena os meus pais se separaram. Minha família estendida estava toda longe. Fui criada, eu, minha mãe e minha irmã, então em casa eu não vivia situações cotidianas de machismo. Então isso me ajudou a ter um olhar diferente.

Pagu aponta uma trajetória de tanto parcial acolhimento, como de rejeição à vida familiar no seu processo de adesão à militância. Filha de político de direita do interior de Goiás, a sua militância começou primeiro na década de 1970, primeiramente no Partido Comunista do Brasil, para subsequente adesão ao feminismo:

Meu pai era político. Era político da antiga UDN e depois da Arena, inclusive. Então participação política para mim era algo que faz parte da vida. Então eu tenho lembranças de estar sempre em campanha. Campanhas eleitorais antes da ditadura militar, campanhas na época do colégio e ajudando nas campanhas que ele disputava em cargo eletivo. Então eu venho desse universo político. Ter uma ação político, como parte da vida era algo bastante natural. A diferença é que a minha família eu me tornei a ovelha vermelha.

Retomando a perspectiva vigotskiniana de que o desenvolvimento pessoal se dá a partir da relação com o meio, mediada por outros indivíduos, é interessante perceber como os estímulos externos de envolvimento com a política tiveram continuidade na subjetividade de Pagu, ao mesmo tempo em que houve negação em relação ao conteúdo. Ela conseguiu instrumentalizar a participação política como um meio de luta, mas com uma agenda diametralmente oposta. Esse tipo de elaboração vai ao encontro da noção de drama para a formação da personalidade, presente na teoria de Vigotski. Segundo o autor, os aspectos de conflito e tensão exercem papel determinante na construção psicológica – e no nosso pressuposto, identitárias do sujeito. O drama “está sempre repleto de luta interna” de ligações

do tipo “o papel da paixão, da avareza, dos ciúmes, em uma dada estrutura da personalidade” (Vigotski, 2000, p. 34).

Anita também narra a negação, em algum nível, da vida de seus pais ante a vida que lhe foi apresentada. Nascida no Egito, filha de pais apátridas, ela veio ao Brasil ainda criança, e diz que desde a infância sentia os impactos do conservadorismo familiar. Muito hesitante em falar da sua vida para além da militância política, Anita primeiro falou sobre a sua atuação nos conselhos e nas várias organizações da sociedade, para depois se sentir mais à vontade para dividir questões sobre sua vida pessoal. Ela me contou que, já vivendo em São Paulo, quando seus pais souberam que ela tinha uma vida sexual ativa, o casamento compulsório lhe foi apresentado. Ela fala do casamento como uma alternativa de escapatória para a sua vida com os pais, ao mesmo tempo que assume uma postura autônoma em relação ao marido, ao dizer que eles se casaram por pressão, mas que mantinham um acordo para a dissolução do matrimônio assim que a possibilidade se apresentasse, o que se materializou depois de dois anos de união, que resultou em uma filha.

Anita relata essa parte de sua vida de forma bastante resumida e a sensação na fala é que há um incômodo em revisitar essa história, contrastada à desenvoltura e complexidade de pensamento que ela dispensa para narrar a sua participação política e sua vida pública. Vale notar que essa parte da vida de Anita aconteceu na década de 1960, onde se somavam contradições. Ela se via presa a uma vida familiar e, posteriormente a um casamento de conveniência, enquanto se envolvia com o movimento estudantil na USP e fazia oposição ao aprofundamento da ditadura no Brasil. A resposta social e familiar ao exercício de sua sexualidade, acompanhada da pressão pelo casamento, referendava a repressão sexual típica da era vitoriana e persistente no puritanismo das elites (Foucault, 2012) era conflitivo com as experiências que ela tinha e desejava ter. A repressão no âmbito privado provocava um envolvimento político no âmbito público, e o envolvimento político no âmbito público,

incrementava as críticas à vida que levava no âmbito privado. A opressão que lhe era imposta, era instrumentalizada para que também representasse uma libertação. Casar para sair do domínio dos pais, até que ela tivesse condições de se separar e viver uma vida mais de acordo com o que lutava.

É interessante destacar, tanto na fala de Anita, quanto na de Margarida, o papel que as instituições de ensino tiveram nos primórdios da formação da identidade feminista militante. O movimento estudantil estava no pano de fundo para ambas. Para Anita, o começo se deu inspirado no movimento dos estudantes na França e, em seguida, pelo envolvimento na manifestação das estudantes com filhos da USP, que conquistaram direito à creche. Subsequentemente, Anita extrapolou a experiência para além dos muros da universidade, se envolvendo com as mulheres de periferia que reivindicavam o mesmo direito à creche e que não tinham a margem de manobra e condições materiais das jovens *uspianas*. Já para Margarida, o movimento estudantil relegava às mulheres uma condição de subalternidade dentro da militância política (Spivak, 2010). A experiência familiar que ela vivia de um ambiente igualitário e de protagonismo e, em certa monta, de exclusividade de mulheres contrastava com o que Margarida relata ter vivido no movimento estudantil. A partir desse contraste na própria militância ela decide gravitar para a militância feminista.

A partir desse olhar, eu fui buscar quem pensava como eu, quem se importava com as mesmas questões. Porque a Marcha Mundial das Mulheres tinha se organizado nesse período, em 2001 e antes disso eu não tinha contato com nada. Ao mesmo tempo nas Ciências Sociais havia um debate sobre gênero incipiente. Nós mesmos começamos a organizar um grupo de estudos sobre gênero e sexualidade na graduação, então tudo acabou se dando ao mesmo tempo.

O que Margarida passa a narrar é uma confluência de acontecimentos em torno do movimento feminista e da luta pelos direitos das mulheres. Da frustração com a falta de espaço

no movimento estudantil, Margarida passa a procurar espaços de interlocução com outras mulheres, tanto na Marcha Mundial das Mulheres, quanto nas atividades acadêmicas e de trabalho que passou a ter, sendo que o envolvimento com o movimento de mulheres e com a temática feminista trazia-lhe mais oportunidades para se tornar paulatina e mais intensamente envolvida nessas mesmas causas.

Dandara, Cora e Clara também conheceram o feminismo por meio de outros movimentos sociais. Dandara relata que começou na militância no movimento negro aos 15 anos, para em seguida, aos 17, começar a militar especificamente no movimento feminista negro. Ela ressalta que nunca se associou a movimentos apenas feministas. Sempre houve uma localização na luta, a das mulheres negras. Dandara falou da importância do movimento negro para forjar sua autoestima e reiterou o fato de ter vivido em Piracicaba, uma grande cidade do interior com uma população bastante conservadora. Ela atribui a relação com o movimento negro como crucial para levar a vida que leva e se houvesse uma ordem de grandeza a ser definida nas militâncias, o movimento negro teve maior impacto.

A fala de Dandara nos remete à experiência narrada por bell hooks (1981) no começo da militância, na segunda onda feminista, sobre como o racismo privou as mulheres negras de sua relação com o gênero. O movimento negro feminista tornou-se um espaço seguro para as mulheres negras falarem das opressões que sofriam sem serem interpeladas pelo racismo das mulheres brancas, ou por questões que eram inteiramente deslocadas de sua vivência. Segundo a autora, “grupos de mulheres que se sentem excluídas do discurso e da práxis feminista só conseguem abrir um espaço para si se criarem, antes, através de críticas, uma consciência dos fatores que as alienam” (hooks, 2015, p.201).

Clara admite que iniciou a militância feminista por volta dos 30 anos. Ao ser questionada sobre os primórdios de sua participação no movimento social, ela diz que primeiro e antes de tudo, compunha a militância indígena.

A minha história de discutir gênero começa a partir da minha condição de professora. Eu sou professora. E dentro do movimento indígena, existe uma organização que discute educação escolar indígena. Eu moro na aldeia indígena Pacararu. Eu moro no sertão de Pernambuco e a minha participação enquanto movimento de mulheres se dá a partir da APOINME¹⁴, que tem um departamento de mulheres indígenas.

Minha participação em espaços específicos de gênero só se deu tempos depois. Eu comecei a participar de seminários. Encontros de mulheres indígenas em especial. Depois eu passei a compor a Comissão Permanente de Mulheres Rurais de Pernambuco, que é uma comissão que existe dentro da Secretaria de Estado de Políticas para Mulher de Pernambuco. A partir da minha presença nessa comissão, eu comecei a me interessar por discutir gênero mais academicamente.

A partir da minha presença nesses espaços que discutiam gênero, principalmente mulheres indígenas, mulheres rurais, eu senti a necessidade de ter o entendimento acadêmico. Eu fiz um curso de especialização de Gênero e Políticas Públicas e logo depois, dois anos depois eu apresentei um projeto para o Mestrado de Antropologia e a minha pesquisa sobre lideranças indígenas que vivem em Pernambuco sob o viés de gênero.

É interessante perceber como o entendimento de si a partir do contexto sociocultural em que o indivíduo se constitui reverbera em múltiplos sentidos (Vigotski, 1929/2000). A identidade racial/étnica indígena de Clara motiva a participação no movimento social indígena. Essa participação, somada a sua profissão de professora a introduzem a temas de gênero, que passam a constituir a identidade de Clara enquanto feminista e inspirar sua atuação do mundo, do ponto de vista político e acadêmico.

¹⁴ Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

Cora é mais um exemplo de outro movimento social abrindo portas para o feminismo. Como uma das lideranças do movimento sindical dos trabalhadores rurais, a questão da terra teve centralidade nos primeiros anos de sua militância.

Sou de Rondônia, do Município de São Francisco do Guaporé onde eu comecei essa história de militância. A militância da minha família era rural. Minha mãe era professora, mas sempre militou no espaço rural, porque era professora rural também. Então essa dupla identidade.

Cora explica que acumulou funções de liderança e diretoria na militância em seu estado, e quando veio para Brasília, assumiu a Vice-Presidência da CONTAG e acumulou funções na direção de temas sociais e internacionais, que fizeram com que ela tivesse contato com o feminismo.

Então foi um pouco nesse espaço internacional que eu me apaixonei pela luta das mulheres. E agora no último mandato, estive assumindo as mulheres e por consequência a Marcha das Margaridas e essa coisa toda.

Eu acho que a gente que milita no movimento misto acaba... tem muitas portas de entrada. E o movimento misto dá para a gente um grande desafio. Que aquilo que a gente cobra da sociedade, de tentar provar que é possível fazer em casa. Porque às vezes a gente cobra da sociedade, mas nem nos movimentos isso se torna real. Então eu acho que a CONTAG dá para a gente essa oportunidade. Eu mesma cheguei de uma pauta não necessariamente feminista. Cheguei de um lugar, da militância sindical, da luta, e vim conhecer esse processo bem depois. Inclusive sofri muito no movimento sindical. As companheiras acompanharam minha trajetória de início. O que eu sofri, dentro do movimento, por eu ter chegado por outra porta de entrada.

É interessante perceber pela fala de Cora as sobreposições de identidades (Hall, 2009) e o conflito consigo e com o meio para afirmá-las. Ela se reconhece como professora, mulher

rural, militante do Partido dos Trabalhadores, sindicalista, defensora dos direitos da terra e mais recentemente feminista, sendo que cada uma dessas identidades se afeta mutuamente. As tensões com a sociedade são materializadas na interação com outras pessoas se posicionando a essa identidade, que repercutem em Cora e em como ela, por sua vez, se posiciona. Quando eu pergunto de onde vinham essas tensões, ela responde:

Das nossas mulheres em casa mesmo (da CONTAG). De ser taxada de... como a gente chegou por outras portas, que a gente era mulher, estava no espaço, mas éramos mandadas pelos homens. Eu só tive um mandato na formação política e sindical e fui indicada para assumir a Vice-Presidência. Em Rondônia, essa disputa entre a gente nem foi tão acirrada porque as companheiras viveram bem o que foi a trajetória, compreenderam e receberam muito bem a história de ter sido o meu nome o que conciliava no momento. Mas no nível nacional isso foi recebido do tipo “Que isso? Essa menina está chegando da onde?”

Então, em um primeiro momento, você respira fundo. Acho que sofri bastante com essa situação porque eu não vinha da luta feminista, com essa visão. E sempre disse para elas. Se a gente as vezes não veio do espaço, não era culpa da gente. O que nós mulheres estávamos fazendo, as outras, que tinha mais bagagem, que não conseguiram incluir essa pauta? Então não dá só para atirar pedras. Tem vários caminhos, tem vários processos e a gente precisa se fortalecer. Desse lugar, inclusive, que a gente pode beber na fonte de vários outros espaços, respeitei esse espaço e vim conhecer mais de perto a luta feminista e consegui entrar para esse debate.

Mais uma vez, vale mencionar a multiplicidade das identidades feministas materializadas, no excerto acima, pela disputa entre um feminismo histórico e socialmente elaborado com o feminismo de uma mulher assumindo a pauta, mas sem muita preparação prévia a respeito dessa luta específica (Pedro, 2006). Faz-se pertinente citar bell hooks na

argumentação de que “pessoas verdadeiramente oprimidas sabem disso, mesmo se não estiverem envolvidas em resistência organizada ou não conseguirem formular por escrito a natureza de sua opressão” (2015, p. 203). Embora hooks estivesse tratando especificamente da tensão entre feministas brancas e negras, a reflexão pode ser usada em sentido mais amplo para dissidências dentro do feminismo e para o perigo da tentativa de unificação do discurso na busca do verdadeiro feminismo (Haraway, 2009).

Feminismos Localizados na Formação Identitária

Novamente citando Haraway (2009), os vários feminismos localizados em realidades materiais distintas conferem maior objetividade ao pensamento do que um discurso único. Citando a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2009), “the single story creates stereotypes, and the problem with stereotypes is not that they are untrue, but that they are incomplete. They make one story become the only story.”¹⁵

A artificialidade performativa historicamente reiterada da categoria mulher (Butler, 2006), a sua restrição a um paradigma eminentemente heterossexual (Wittig, 1992), capitalista (Saffioti, 2013) e branco (Davis, 2016; hooks, 1981; Lugones, 2014), e a perspectiva de enfrentamento ao binarismo fazem com que o exame da diversidade seja a perspectiva mais abrangente e universal em sua multiplicidade. Nessa seção, as sujeitas da pesquisa falam um pouco da sua militância específica, baseada na sua relação com o meio que as constituiu.

No nosso universo de pesquisa há três mulheres que se identificam com o movimento das mulheres rurais, sendo que uma delas com interface indígena; outra que se associa ao feminismo marxista; uma militante do feminismo negro; e outra que se associa a questões de mulher e mídia, ecologia e água. A associação a esses movimentos está, em maior ou menor

¹⁵ “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que eles sejam falsos, mas que estão incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história” (tradução nossa).

grau, intrincada ao meio social e às identificações que são feitas a partir dessa interação (Vigotski, 2000).

Para Margarida, a associação com o movimento de mulheres rurais teve início quando ela começou a trabalhar com o tema, há 11 anos atrás. Nesse sentido, ela passa de uma atuação junto a uma militância mais ampla na Marcha Mundial das Mulheres, que fez com que ela se tornasse conhecida no meio da luta feminista e viabilizou sua contratação para que, posteriormente, ela se associe a uma luta mais específica.

O ESPLA¹⁶ me convidou a trabalhar com mulheres. Entrei para cobrir uma licença maternidade e no dia seguinte da minha graduação fui convidada para voltar e fiquei 8 anos lá. Então foi uma mudança de olhar muito grande, porque eu passei a conhecer a realidade das mulheres rurais e passei a trabalhar com essa realidade e essa vivência. Meu trabalho sempre foi o de fortalecer o processo de organização das mulheres e de identificação de situações de violência, muito no processo de organização política e produtiva também. A gente trabalhava muito com a produção agroecológica, então para mim foi muito definidor, porque eu saí da graduação com um olhar e as questões para as mulheres rurais são outras. É um nível de violência muito cruel, intensificado as vezes, tanto pela questão da pobreza quanto da questão racial, mas do fato de estarem em regiões isoladas. Na maioria das regiões que eu trabalhava, havia, sei lá, 100 km de distância entre uma casa e outra, reforçava o isolamento e de situações muito cruéis de violência.

Margarida narrou o trabalho com as mulheres rurais como algo formativo em sua vida, tendo, por vezes, dito que aquela é a “casa dela” e que estar em Brasília é “transitório”. Na fala acima, ela descreveu as diferentes situações de opressão pelas quais uma mulher passa,

¹⁶ Escritório de Planejamento Rural.

destacando raça e classe, e o fato de que a pobreza é uma violência por si só e uma condição que perpetua outras violências. É interessante perceber que há uma identificação com a situação das mulheres rurais pelo trabalho que ela exerce, sem ela própria ser uma mulher rural. Quando se aprofundou na narrativa sobre seu trabalho no semiárido, ela relatou a visão que as mulheres camponesas nutriam a seu respeito.

Elas achavam que a gente não vivia esse tipo de situação e de violência. A gente era para elas um ideal. Do tipo, quando a gente crescer eu quero ser igual a elas. Então a gente buscava colocar que a gente também vivia questões de violência. Mas também é óbvio e muito claro que eu estava muito menos exposta do que elas. Sou branca, classe média, vivia em condições melhores de vida, na cidade, então tudo isso fazia que sim, eu tivesse situações muito mais privilegiadas do que elas. Então, realmente, no campo, a maioria delas eram negras, pobres, a situação, por exemplo, das lésbicas que a gente vivenciou, era muito cruel, de muita violência.

Sobre esse tópico, Margarida voltou a falar sobre como seu trabalho no semiárido envolvia o estímulo à atividade produtiva, ao mesmo tempo que lidava com questões de foro íntimo. Algumas das questões desenvolvidas eram, por exemplo, o entendimento de que o cuidado com os filhos e com a propriedade familiar, com a venda de produtos, eram de fato trabalho (Delphy, 2015), e que elas tivessem um espaço de escuta. O intuito era a mudança de percepção de si com vistas à transformação, na lógica da identidade de projeto (Castells, 2008).

[...] tinha sempre a perspectiva de transformação da realidade e de emancipação das mulheres, compreendendo que o sujeito de transformação são elas, não a gente. Por isso também o processo de auto-organização para gerar autonomia, inclusive para a gente, a gente sempre trabalhou na perspectiva da educação popular.

A gente usava muito imagens, músicas, formas lúdicas de trabalho. Eu sempre gostei muito de lidar com fotos e imagens, para que elas trouxessem as experiências

que elas estavam vivendo, para que elas criassem um espaço de confiança e que a partir daí que elas pensassem possibilidades de desnaturalização daquela realidade de violências de muitos tipos, muitas vezes física mesmo, mas também psicológica cotidianamente.

A gente também potencializava a participação delas em espaços como sindicatos, associações, inclusive para sair desse lugar da casa e começar a participar de espaços de participação política, de conselhos, inclusive. Então percebendo que isso poderia gerar situações de autonomia, tanto autonomia pela organização política quanto de organização econômica.

O movimento empreendido por Margarida não era unilateral. Em diversos excertos da nossa conversa, foi explícito como o trabalho que ela realizava ressoava intimamente e mudava suas crenças, a percepção de si, e a transformava. A transformação e o desenvolvimento de Margarida enquanto feminista foi provocado pelas questões das mulheres com quem ela trabalhava, que, por sua vez, passavam por processo de mudanças, nesse duplo movimento social e pessoal; objetivo e subjetivo; e cognitivo e afetivo de Margarida e das mulheres camponesas com as quais ela convivia semanalmente (Rosa & Silva, 2015). Retomando Hall (2009), a identidade de Margarida era transformada pelo convívio com mulheres que abarcavam outras identidades.

Conhecer a realidade das mulheres rurais mudou completamente a minha vida, porque a gente fica aqui nesse mundinho urbano, achando que é assim que as coisas se dão. Ampliou o meu olhar, sem sombra de dúvidas.

Margarida descreve que a mudança experimentada não era resultado de uma mera revisão de privilégios e relativização dos problemas que enfrentava. Era a realização e o contato com realidades distintas que ressoavam com a sua própria vivência. Por mais que o foco de seu trabalho fosse o desenvolvimento da agroecologia e a inserção produtiva de mulheres rurais, a

vivência provoca um transbordamento de experiências que não deixam de ser políticas, uma vez que no feminismo, o corpo é político (Preciado, 2014). Ela me relatou, por exemplo, que o fardo do sexo aparecia nas falas das mulheres camponesas e ressoava com a relevância que o tema tinha para ela.

Eu sempre gostei muito de trabalhar esse tema da sexualidade. Uma das coisas que me impressionou e me marcou muito. Ver o quanto as mulheres não conheciam o próprio corpo. Então, a gente nos trabalhos ouvia o quanto que elas não sabiam que tinham três buracos, achavam que eram só dois. Minimamente não conheciam o próprio corpo, quanto menos sentir prazer no sexo. Para elas, era muito marcada a ideia do sexo como obrigação, de dor. Muito mais de algo que é uma dor para elas do que algo que gerasse prazer. Eu vi muitas mulheres que não sabiam o que era orgasmo, não tinham ideia do que se sentiam em um orgasmo, que nunca viveram isso.

Ver como eu podia de alguma forma contribuir para que elas tivessem prazer nas relações. Não somente ter relações por obrigação. Então sem dúvida, eu dizia que a gente aprendia bem mais com elas do que elas com a gente. Elas sempre agradeciam, saíam com mais conhecimento das atividades. Mas a gente dizia é que elas que não tinham ideia de que a gente sai outra aqui.

Quando perguntamos como, concretamente, as interações com as mulheres camponesas a transformava, ela pode citar alguns episódios, como, por exemplo, o fato de estar instigada em buscar o próprio prazer, individualmente e no relacionamento em que vivia, no esforço consciente de buscar um relacionamento justo, e na conscientização e no combate a divisões sexuais do trabalho que mimetizavam ou reproduziam as divisões sexuais do trabalho no meio rural. A percepção da desigualdade, no caso concreto do outro, vinha com a visão de que a desigualdade era estrutural e se projetava, por sua vez, na própria vida de Margarida.

Havia espaços de formação para todo o grupo, mas a gente construiu um espaço de organização e debate das mulheres e a gente vivenciava também situações de machismo dentro das instituições, espaço de trabalho. Isso é muito forte do meio rural, também no meio urbano, mas como é que se expressa lá. Há uma ideia de que as mulheres vão fazer o acompanhamento social e os homens produtivos. Os homens vão trabalhar a economia, a produção e as mulheres vão trabalhar a questão social das mulheres, da comunidade até. Não só dos temas das mulheres. Além de situações cotidianas de achar que mulher não dirige tão bem. Porque a gente trabalhava dirigindo, indo e voltando da cidade para o campo. Eu já ouvi homens dizendo... eu chegando na comunidade dirigindo e homens perguntar “Cadê o homem que veio dirigindo? Você está sozinha? Como é que pode?!” Muitas mulheres perguntavam “E você é solteira? Como é que você consegue trabalhar viajando desse jeito? Não deve ter marido, porque se você fosse casada tinha que estar em casa cuidando dos filhos. Era a referência que elas tinham de vida. Então claro, sem dúvida mudou completamente o meu olhar sobre o mundo e me forjou, me fortaleceu minha identidade feminista, com certeza. Na época, eu tinha um relacionamento. Fui casada quase 14 anos e isso também contribuía para eu pensar a minha relação. Como eu estou construindo essa relação? Será que ela está sendo uma relação justa, com igualdade de condições? E acho que sim eu consegui...

A partir desses relatos, é possível perceber marcadamente a relação dialética entre indivíduo e meio, sendo o outro o mediador que baliza a constituição do sujeito, no que Vigotski vai falar nos três estágios de desenvolvimento cultural: “em si, para o outro, para si” (1929/2000, p.24). O drama forja a personalidade por meio de crises, conflitos, tensões e contradição sociais internalizadas psicologicamente, como cópia do social (Vigotski, 1929/2000). Enxergar como o outro vive, individual e coletivamente, no caso, perceber como as mulheres rurais com quem ela tinha contato viviam e como as mulheres enquanto classe viviam (Saffioti,

2013) provoca reflexões e reações em Margarida sobre como ela, enquanto mulher, se coloca no mundo e em relação ao outro.

Cora, por outro lado, é uma mulher rural que mantém uma propriedade em Rondônia, e a sua trajetória profissional se deu pareada a de liderança política. Ainda que ela tenha emergido como uma liderança das mulheres, o seu envolvimento inicial se deu enquanto trabalhadora rural, e sua luta dentro do feminismo é localizada na questão das mulheres camponesas. A categoria mulheres rurais representa um dos setores mais marginalizados e despidos de direitos, quase que um não sujeito, mesmo dentro do movimento feminista. As demandas que passaram a aparecer com o incremento da organização desses grupos eram ainda muito reminiscentes das primeiras e segunda ondas feministas e envolviam a ampla conquista de direitos trabalhistas-previdenciários, o reconhecimento da atividade produtiva desenvolvida por elas, o reconhecimento cultural (étnico e de gênero) e a superação de violências *lato sensu* - desde a violência institucional do Estado pela falta de políticas sociais até a violência doméstica (Salvaro, Lago, & Wolff, 2013). A militância feminista e política de Cora carrega esses elementos mistos, mutuamente influenciáveis, mas com o desenvolvimento do recorte de gênero introjetado no seu posicionamento.

Ai depois que bebe da fonte (do feminismo), a vida da gente vira outra. Hoje mesmo estou enfrentando, quando se fala de violência institucional, até com os companheiros. Há um consenso no estado da candidatura entre nós rurais. Pelo menos na primeira etapa, porque depois tem o partido e tal. “Beleza, a companheira tem condições, é o nosso nome. Mas vamos fazer um combinado? Política não tem sexo”. Como não? Se não tivesse sexo, as mulheres não estariam na situação que estamos, de sub-representação no Congresso, no parlamento em todo e qualquer espaço. E eu digo para os companheiros que para não me pedir isso.

Como que eu vou para uma campanha¹⁷ e não falar no nome das mulheres. E desse lugar que eu coordenei a última Marcha. Mulheres do Brasil inteiro sonham com essa possibilidade. Eu tenho dito para cada uma “Façam o que você pode de onde está e rezem”. Porque muitas têm isso muito forte, “se a gente chegar lá estaremos representando a todas, mesmo cada estado tendo sua representação”. Como que eu vou para a campanha e não falo pelas mulheres. Não tenho porque negar isso.

Para conseguir ser a candidatura prioritária não pode falar em nome das mulheres, não pode ter discurso feminista. Mas não é fácil para a gente. Isso está na gente. Cada vez que eu ouço alguém falar isso, é mais motivo de uma levantada de bandeira da mulherada. Precisamos vencer essas barreiras. Independente do que for o resultado, se a gente pelo menos conseguir libertar algumas mulheres, já é um ganho.

É interessante perceber na fala de Cora as várias identidades e identificações que ela carrega e que subsistem com a identificação feminista (Hall, 2009). Há elementos de fé e de religiosidade, a de uma liderança política do PT e um discurso tanto de conciliação com os interesses do partido e dos homens que a cercam em sua vida pública, quanto de resistência a respeito de questões não negociáveis, como gênero. Há elementos de ruptura entremeados a elementos mais tradicionais, que caracterizam a realidade de onde ela vem e os valores caros às mulheres com quem ela convive. Chama atenção a experiência transformadora que ela sofreu, uma vez que ela, nas próprias palavras, “bebeu na fonte do feminismo”. Há marcadores de tensão e sofrimento pela rejeição de seu nome como coordenadora da pauta das mulheres rurais da CONTAG e aparece, em sua fala, um desejo de redenção. No entanto, os marcadores de afeto do impacto que ela pode ter na vida das mulheres rurais, principalmente pelo

¹⁷ Cora é pré-candidata à Deputada Federal nas eleições de 2018.

protagonismo que desempenhou na Marcha das Margaridas, também saltam aos olhos na sua constituição enquanto sujeita feminista (Rosa & Silva, 2015).

Eu acompanho a Marcha desde a primeira edição em 2000. Em 2000, eu mal estava chegando na Federação. Cheguei em 1999. Foi a mulherada toda, eu, minha mãe. Hoje estou com 45. Isso foi há 18 anos, então eu tinha 27. Eu vivi a primeira Marcha desde a construção dela. Estava na Federação junto com uma companheira que fazia essa luta. E de fato, nem a mulherada mesmo na primeira edição acreditava que ia conseguir juntar toda aquela mulherada.

A Marcha tem isso. Ela congrega uma diversidade mesmo. Tanto que você tem organizações feministas e organizações mistas na marcha. Às vezes gera conflitos internos, mas que tem sido um espaço de aprendizado contínuo. Tem várias organizações mistas nesse espaço, e a depender de quem está coordenando, bebem ou não da fonte do feminismo.

A CONTAG já passou por diversas situações. Dependendo de quem assume, precisa chegar junto (sobre o tratamento do tema). Da parte da coordenação isso estava muito claro, mas as mulheres da ponta às vezes não. Muitas das mulheres que vêm na Marcha a nível nacional, se veem em um espaço das mulheres de terem sua voz garantida e que não necessariamente bebeu da fonte do feminismo. Milita, mas as vezes ainda não conseguiu fazer.

Na preparação dessa última Marcha a gente identificou isso até na coordenação das mulheres ligadas às nossas federações. Nós fizemos seminários regionais em cada região do país para preparar o último Congresso da CONTAG. E o primeiro seminário regional que nós fazíamos no sul do Brasil, elas traziam o debate que o movimento sindical precisava discutir porque a nossa agenda estava ficando feminista demais. Pense em uma pauta de uma oficina que virou às avessas. Porque a gente não achava

mais que tinha que fazer esse aprofundamento. Talvez isso explique porque é a única região do país em que nenhuma das Federações adotou paridade. As três Federações do Sul. Eu acho a região mais machista entre os rurais. Pode ser que no urbano seja diferente.

Nesse Congresso nós batemos a perna e exigimos uma deliberação congressional de muitos anos a respeito da paridade. Porque nós temos cotas para mulheres para ocupar os cargos sindicais, mas queremos avançar na paridade. A cota é de 30%, isso já existe. E 17 Federações aprovaram a paridade, outras estão no processo de construção. Mas esse congresso nosso deu o prazo até o próximo para que isso aconteça.

Demorou quase 20 anos para a aprovação da cota, então por isso a cobrança mais urgente da paridade. Para você ter uma ideia, o Rio Grande do Sul tem 360 sindicatos, se não me engano. E segundo eles só 96 podiam trazer delegados para o Congresso porque adotavam a cota, porque os outros não tinham mulheres na direção e foram impedidos. Para você ter uma ideia do machismo enfrentado. São dados que vão fazendo um recorte muito interessante, para a gente pensar em um estudo interno. Mas há sempre uma renovação muito grande, novas companheiras. Mas pensa no reboiço que foi. Espero que depois desse Congresso, eles voltem para casa e reflitam. Porque nós mantivemos a posição mesmo. De onde nós estamos, nós não retroagimos mais. Até porque no próximo Congresso nós vamos ser metade e a mulherada não deixa. É daqui para frente.

Essa última Marcha a gente fez uma rodada de entrevistas coordenadas pelas educadoras da Rede de Educação da CONTAG que fez uma escuta que chegou a 300 e poucas mulheres. Pensando em amostragem, é muito pequeno, porque são 100 mil mulheres.

A primeira pergunta é, porque você veio para a Marcha e as respostas são fantásticas. O que me move como mulher para estar nesse espaço. Relatos fantásticos. As entrevistas são de uma riqueza nesse sentido, do entender porque eu venho parar nesse lugar como mulher, as diversas motivações. Até depoimentos de dizer “vim aqui com um real na bolsa e quando voltar não sei se entro em casa, porque o marido disse que se viesse para a Marcha não tinha mais casa. As companheiras na comunidade ajudaram. Fizeram rifa para pagar minha passagem e eu vim com a farofa na bolsa, com as frutas que eu colhi em casa, porque dinheiro de comer na estrada eu não tenho. Mas eu vim para esse lugar. Vou revolucionar e não quero mais essa vida de submissão para mim”. A Marcha atua dessa forma. Isso é o depoimento de uma mulher de cinquenta e poucos anos.

As contradições nesta longa fala de Cora são gritantes. Ela aponta o machismo dentro da organização que compõe e o tratamento da agenda da igualdade entre gêneros como marginal à pauta geral dos trabalhadores rurais, uma pauta por si só marginalizada. Cora se coloca como força tensionadora e conciliadora para que não haja retrocessos e que se atinja igualdade de gênero nas representações dentro das federações (representações estaduais) e na CONTAG (representação nacional). Ainda que ela admita que ela mesma chegou tardiamente no feminismo e que muitas outras mulheres rurais não tenham essa identificação consigo, ela vibra com o impacto que uma política institucional feminista tem na subjetivação das mulheres camponesas. O relato de transformação das mulheres que foram à última Marcha das Margaridas - desafiando seus companheiros e a pobreza de sua condição humana para um momento de concertação coletiva, sororidade e transformação subjetiva e social - ecoa com a própria experiência de Cora com a Marcha das Margaridas em sua juventude e com quem ela se tornou desde então.

Clara, por sua vez, nos diz que não imaginava a possibilidade de um feminismo indígena porque a lógica gendrada e binária, que se reproduz nas aldeias, não é a lógica indígena de fato.

O movimento indígena é considerado machista, o povo indígena é considerado machista. Eu tenho uma concepção. É isso que eu estou pesquisando também. Eu pesquiso lideranças indígenas porque elas têm um perfil diferente das demais. Muitos costumes das aldeias indígenas são fruto da relação de contato. Eu faço menção a essa minha fala quando eu penso na nossa religião. Eu penso que os nossos antepassados não têm preconceito nem ação de violência contra as mulheres. Há quem diga que a violência dos povos indígenas contra a mulher é cultural. Não é a cultura dos nossos antepassados, foi algo adquirido na colonização. Por que da relação de contato? Porque o colonizador estuprou nossas mulheres, matou nossos homens e nossas crianças e roubou nossas terras e exterminou nações inteiras. Não é da nossa cultura esfaquear, espancar, atirar.

A fala de Clara ilustra o argumento de Lugones (2014) de que o machismo do homem branco foi um dos elementos de dominação utilizados para, sob o pretexto de civilizar os povos nativos, extirpá-los de sua cultura e apagar suas dinâmicas de relação. Muito embora Bourdieu (2012) argumente que não existiram, do ponto de vista antropológico, civilizações matriarcais onde a lógica de dominação era completamente inversa, o binarismo é um modelo muito estrito, ao mesmo tempo que didaticamente massacrante na produção e reprodução de significado. A identificação feminista de Clara se dá ao identificar essa reprodução, sendo combativa ao machismo tanto na opressão das mulheres como na perversa descaracterização de seu povo. Sobre a especificidade da opressão da mulher indígena, Clara consegue articular opressões de gênero vindas da relação de contato supracitada e opressões que atingem as mulheres indígenas pelo seu componente étnico.

Outro aspecto da violência em terras indígenas é a própria violência que sofrem os povos indígenas. A não regularização das terras, a falta de políticas de regularização e homologação de terras indígenas. Falta de políticas de saúde indígena de qualidade, de educação indígena específica são aspectos de negação de direito, e como negação de direito são violências também. A gente costuma falar de violência contra a mulher, que é a violência física, a violência doméstica. Mas contra as mulheres indígenas há outras violências: a do direito à terra, a de saúde específica, educação escolar indígena. Você tira o direito a bens. Bens culturais, bens intelectuais, sustentabilidade, direito à alimentação. Há uma série de contextos de violência para além da violência doméstica de seus companheiros. A gente costuma atribuir violência aos companheiros, mas há os filhos, os irmãos, os pais. Eles também espancam as mulheres.

Pagu assume uma perspectiva feminista marxista. Nesse sentido, a superação do modelo capitalista de produção é requisito *sine qua non* para que a opressão das mulheres pela estrutura de classes seja abolida.

Nós (da UBM) procuramos, formulamos há alguns anos, buscando apoio no marxismo, uma política que se determina emancipacionista. Para nós, o empoderamento - como dizem alguns teóricos da educação, que são marxistas e gramscianos - é aquele que você conhece a realidade, se enxerga naquela realidade, se apropria daquela realidade, coloca aquela realidade no seu projeto de vida, no seu projeto de sociedade. Então, empoderar não é só tomar conhecimento e se colocar individualmente, para nós não é assim. É enquanto agente social e político. É só assim que para mim ela tem sentido. Entendo e concordo com o raciocínio que você faz de não tratar o empoderamento como algo subjetivista e individualista. Antes de mais nada as pessoas são seres sociais.

Eu sempre me defini como feminista. E uma feminista que trabalha para emancipação das mulheres e que entende que o poder político precisa ser disputado.

Precisa ser disputado por forças de esquerda e as mulheres precisam estar presentes. Na reforma política a gente quer lista alternada. A gente entende que a emancipação da mulher passa pelo empoderamento necessariamente. Então o feminismo precisa estar cada vez mais politizado porque se não nós vamos curar feridas como se enxuga gelo. E você só pode tratar isso da perspectiva do mundo do trabalho e do poder.

Nós pensamos isso por quê? Por que o nosso entendimento de trabalho não é emprego, não é sobrevivência. O nosso entendimento de trabalho é o entendimento marxista, que é o entendimento de que a gente se realiza no mundo do trabalho. O trabalho é um espaço, não o trabalho na produção é um espaço, mas a integração do homem com a natureza e a transformação de lá e de cá é o processo de realização humana, que precisa ter uma sociedade igualitária para que as pessoas precisem de fato se realizar.

Nosso entendimento do feminismo é que ele precisa entender a emancipação da mulher nesse quadro. Nós enquanto mulheres precisamos conquistar esse estágio emancipatório, esse nível de emancipação e de integração no processo social, rumo a emancipação humano.

O projeto político assumido por Pagu e pela UBM retoma a discussão, iniciada no período de ditadura, no feminismo brasileiro a respeito de lutas específicas e lutas gerais na emancipação das mulheres, assumindo a vertente marxista-ortodoxa (Pedro, 2006). O discurso de Pagu além de anticapitalista, preza pela emergência da mulher, em amplo sentido, à espaços de poder e protagonismo político para a concretização do projeto socialista e reestruturação da economia política (Fraser, 2013). Pagu admite que o estudo e militância marxista foram internalizados de modo que ela desenvolvesse uma visão materialista dialética a respeito do mundo. A introjeção dessa perspectiva na sua subjetividade tem efeitos não só na sua militância política - de forma não compartimentalizada - mas a constituem como sujeita.

A minha formação como sujeito político feminista veio junto com a formação marxista muito forte. Então a gente não buscou apenas as leituras com o feminismo. Todas as leituras que eu fui fazendo e que eu fui estudando para entender a dialética e o que é um processo de educação e aprendizagem. Elas foram sendo incorporadas na minha vida e de forma coerente eu tinha que aplicar isso em qualquer lugar.

Então esses estudos casavam. Eu ia estudar para dar aula, eu ia buscar os autores marxistas e educação. Eu ia estudar para a militância do partido, eu ia ler Marx, Lenin, Engels, Stalin, fui lendo os clássicos e fazendo a crítica. De repente fui fazer uma tese de doutorado e eu fui construindo isso muito casado, então uma coisa ajudou muito na outra. Ajudou na minha vida pessoal também. Nos meus posicionamentos, nos meus relacionamentos. Então as pessoas me perguntam se eu sou casada e eu respondo: ainda. São 36 anos e meio que a gente opta todo dia, porque senão você abandona a dialética da vida também e você tem que estar disposto a viver essa dinâmica, em uma dialética bem materialista.

E isso enfrentando todas as contradições de frente, na medida que você consegue descortiná-las, na verdade. A medida que você consiga se enxergar nelas. Então eu acho que esse é um processo de construção que todas as partes somaram muito. A paixão pela educação como transformação individual e social, ela acompanhou todo um envolvimento com a participação política na sociedade. Então, a partir desses dois veios, eu fui me filiando a um partido que se guiava pelo marxismo-leninismo, fui estudando para fazer o meu mestrado nessa área, à época. Porque o meu mestrado eu terminei em 1981 e meu doutorado só agora em 2002. E ao mesmo tempo fazendo a militância tentando trabalhar essa dialética materialista nesse cotidiano e na absorção dessa teoria e na colocação dessa teoria em prática. E também me incorporando e sendo dirigente do partido. Isso exige uma responsabilidade maior do ponto de vista

teórico e prático. Então é nesse sentido que eu enxergo a minha identidade como pessoas com esses elementos muito casados, muito inter-relacionados, permanentemente.

Dandara fala da inevitabilidade da militância política na sua identidade, de nunca ter se imaginado em separado dela e que o reconhecimento que recebe por essa militância desempenha um papel muito importante na noção de autovalor que ela nutre por si. Aliás, todas elas, em algum momento falam sobre a luta, que por mais diversa que se apresente para cada uma, é um elemento constituinte do que são.

Eu sou uma pessoa de luta. De luta na nossa cultura significa alguém que vai para os espaços públicos. Seria uma liderança indígena, porque eu falo em nome do movimento indígena. Essa é uma identidade (Clara).

Sou uma pessoa disposta para a luta. Sou muito afetiva, muito chorona. Mas sou uma pessoa muito indignada com a injustiça social (Pagu).

Não sou uma pessoa de ficar calada, sou uma pessoa de luta. Que vai para o enfrentamento quando necessário. Mas a vida também me ensinou a buscar as melhores formas de dizer o que precisa ser dito (Margarida).

Não é só trabalho, não é um peso. Profissionalmente, pessoalmente, se eu fosse me olhar hoje, não consigo nem me imaginar. Só a gente que acaba do movimento, pensando na vida normal das outras pessoas, a gente não consegue nem imaginar. Depois que você vive tudo isso, o olhar de mundo é muito diferente. E desacomoda muita coisa, então não consegue mais estar nessa vidinha acomodada, de casa, trabalho, filho, marido. E por outro lado, acho que para a gente que vive na militância, é uma coisa que a gente não vive em lugar nenhum. Pode ir para a faculdade, fazer a especialização que for, que a militância é outro mundo, uma outra forma de ver o mundo. Vira uma cachaça mesmo (Cora).

Sem o papel de ativista, boa parte da minha personalidade morreria (Anita).

Eu nunca me vi fora disso. Em nenhum momento. Eu escolhi, claro. Mas escolhi porque na militância eu me encontrei... E eu costumo dizer ainda bem que encontrei. Porque hoje em dia as pessoas dizem “ah, o partido não fez nada por mim”. E eu costumo dizer que eu sempre achei muito bom ter a alegria de saber que o partido existia e através dele e das suas frentes de trabalho e da forma de ver a vida eu pude realizar meus sonhos. Para mim sempre foi algo muito gratificante. Então, nos momentos em que eu tive que fazer cortes, deixar de fazer uma coisa, optar por fazer um outro trabalho e, portanto, reduzir a militância, foram momentos difíceis demais. Momentos em que eu adoeci e eu sabia que era por causa disso (Pagu).

Grandes Temas, Múltiplas Identidades: Debatendo Contradições

A identidade de luta compartilhada pelas sujeitas de pesquisa é um elemento de unidade em meio às diferenças. O feminismo interseccional vem trazer a noção que as mulheres experimentam opressões em graus de intensidade e formas diversas.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshawn, 2002, p. 177)

A seção anterior deu conta dos diferentes aspectos identitários que se relacionam às diferentes posições políticas e enfoques feministas das conselheiras a depender das condições

materiais em que as sujeitas feministas foram constituídas e as diferenças com as quais elas vivenciam a discriminação. Ainda assim, alguns temas afetam mulheres de forma mais ampla e generalizadas, e suas conquistas não comprometem ou inviabilizam a conquista de outros grupos. O próprio CNDM existe para o assessoramento na adoção de políticas públicas específicas e de amplo espectro (Lei nº. 7353/1985). O combate a violência contra mulher, o acesso a direitos trabalhistas, a melhor distribuição de renda, os direitos sexuais e reprodutivos, inclusive o aborto legal e seguro, são macrotemas que beneficiam os vários grupos de mulheres e, por conseguinte, avançam a agenda feminista.

O debate da interseccionalidade não inviabiliza conquistas irrestritas para as mulheres enquanto classe ou categoria ampla. Ao contrário, a interseccionalidade discute que as demandas de grupos multiplamente oprimidos e do *sidestream* do feminismo componham as macroconquistas de direito, mas que recebam reconhecimento diferente e transversal (Crenshaw, 2002).

There is a sense that efforts to repackaging intersectionality for universal consumption require a re-marginalizing of black women. This instinct reflects a fatal transmission error of ‘Demarginalizing’s’ central argument: that representations of gender that are ‘race-less’ are not by that fact alone more universal than those that are race-specific. (Crenshaw, 2011, p. 224)¹⁸

Sobre o debate da interseccionalidade em voga na última década os diversos graus de opressão experimentados para além do ser mulher (Rios & Silva, 2015), Margarida se posiciona ao dizer que “*realmente eu tenho uma perspectiva de feminismo que tem que ser anticapitalista, anti-racista, anti-lesbofóbico, que pense na mudança estrutural do patriarcado.*”

¹⁸ Existe a sensação de que os esforços para reconquistar a interseccionalidade para o consumo universal exigem uma re-marginalização das mulheres negras. Este instinto reflete um erro de transmissão fatal do argumento central de "Demarginalização": as representações de gênero que são "sem raça" não são por isso mais universais que aqueles que são específicos da raça (tradução nossa).

A admissão dos objetivos múltiplos de sua militância em termos de mudança na organização produtiva, da revisão dos privilégios vem em muitos trechos de sua fala. Ainda assim, Margarida não se furta de falar sobre o descompasso entre o entendimento de interseccionalidade na academia e o que tem sido proposto há anos no movimento social.

Eu até acho que de forma geral a academia está muito aquém do debate e da atuação dos movimentos. Eu digo isso porque eu voltei a academia depois de dez anos da minha graduação e os debates dos movimentos sociais está a anos luz do que a academia está discutindo, em todos os temas. Agora mesmo eu fui para o Fazendo o Gênero¹⁹, e é muito forte esse debate da inteseccionalidade, que é importante, principalmente para o movimento negro para pautar suas bandeiras de luta, mas eu tenho muita cautela e medo com o processo de fragmentação dos movimentos.

Uma das críticas do feminismo interseccional é o obscurantismo do viés racial e de classe por um feminismo eminentemente branco, elitista, cisgênero e heterossexual. Desde a *Mística Feminista* (Friedan, 1971), que retratava a crise das mulheres como sendo eminentemente o aprisionamento ao lar, ao casamento e aos cuidados dos filhos, até as estratégias de liderança e conquista de espaços historicamente masculinos propostas por Sheryl Sandberg em *Faça Acontecer: Mulheres, Trabalho e a Vontade de Liderar* (2013), o feminismo apresenta contradições que não desafiam mudanças estruturais e que advogam estratégias para mudança de realidades de apenas um percentil muito privilegiado das mulheres, sob o pretexto de que esses desafios são universais.

¹⁹ Fazendo o Gênero é um evento trianual que acontece desde 1994 em Florianópolis, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina. Sua 11ª edição aconteceu em 2017 como seminário internacional e contou com a presença de pesquisadores e estudiosos de estudos de gênero em torno de mesas redondas, conferências, simpósios, debates e atividades artísticas sobre temas afeitos à área. Toda edição tem um enfoque específico sendo a última intitulada “Transformações, Conexões e Deslocamentos”.

Apesar de essas obras estarem circunscritas à lógica capitalista e de narrarem dramas e desafios de mulheres pertencentes à elite, quando partimos da perspectiva histórico-cultural que descreve o desenvolvimento como uma relação dialética entre indivíduo e meio, com transformações mútuas e exponenciais (Vigotski, 2000), a presença desse tipo de feminismo - localizado no espaço e tempo, e a reação crítica às suas contradições - permitem novas elaborações a respeito do feminismo que se busca desenvolver. Talvez seja interessante pensar em diversos feminismos, não em disputa entre si, mas como configurações de multiplicidade que vão responder à problemas e realidades distintas e diversas, que vão se transformando. Sob esse aspecto, Margarida reflete dizendo que:

Não que a gente não precise ter as lutas específicas das mulheres negras, das mulheres lésbicas. Precisa, deve, é superimportante. Mas se isso gerar um processo de falta de diálogo, de falta de construção de alianças em que cada uma só se preocupa com o seu lugar, com a sua identidade, isso vai fragmentar e fragilizar enormemente o movimento feminista.

Isso é uma preocupação que eu tenho, porque tem criado uma rivalidade entre as feministas e isso para mim ficou muito claro. Eu voltei do Fazendo o Gênero com isso muito claro, não sabendo qual a contribuição que eu posso dar porque sou branca, tenho alto nível de privilégio. Sou heterossexual, tenho alto nível de privilégios. Eu só tenho privilégios e da forma que está sendo colocado, parece que você não é mais sujeito de transformação, porque você não tem todas as opressões acumuladas na sua vida, mas é uma crítica porque é a forma que está sendo colocada. Antes a gente sempre trabalhou com isso. Claro que tem críticas como na Marcha Mundial das Mulheres de que nunca teve uma prioridade para a pauta lésbica. Ou das próprias mulheres negras, dizendo que a Marcha nunca priorizou essas questões. Mas é porque realmente a

Marcha sempre olhou para as mulheres como mulheres, buscando a construção de unidade.

Nunca teve a separação de quem era rural, urbana, jovem, velha, branca, negra. Lá era um espaço de unidade. O que não quer dizer que cada grupo não deva se organizar em espaços próprios.

O inimigo não é a feminista branca. O inimigo é o racismo. É a estrutura patriarcal, capitalista, não a feminista heterossexual. Tornar uma outra feminista uma inimiga da sua causa não vai fortalecer a luta. Vai criar fragilidade em um momento em que a gente precisa muito se fortalecer. Isso eu acho que também mostra o quanto a gente está nesse lugar de falta de definição. De estar perdidos. De onde a gente vai? Qual é o rumo. Acho que os movimentos sociais estão muito perdidos nesse contexto. Isso impacta no movimento feminista também.

Anita tem um posicionamento parecido. Ela se mostrou respeitosa no debate interseccional e falou da importância de se construir espaços de debates específicos, mas ressaltou a importância de lutas gerais, e de que as grandes questões de opressão contra as mulheres ainda existem também de forma generalizada.

Butler (2008) argumenta que a construção de uma identidade política comum às mulheres é por vezes instrumental e necessária, não se furtando de acusar os perigos que essa representação e categorização impões a definição de quem vai ser sujeita de direito. A autora, “não questiona a representação como forma de promover a visibilidade política das mulheres, mas indica a urgente tarefa de desnaturalizar e considerar a categoria do universal como o lugar de insistente disputa e ressignificação” (Salvaro, Lago, & Wolff, 2013).

A emancipação vem de diversas maneiras para diferentes mulheres. Para as negras, latinas e pobres que sempre trabalharam, a emancipação vem de ocupar melhores empregos, de poder ter uma vida familiar, de não sofrer com o abandono parental e terem que assumir sozinha

o provimento dos seus filhos (hooks, 2015). Para aquelas historicamente mantidas castas e sexualmente reprimidas (Foucault, 1988), é tomar o controle do seu próprio corpo e do seu prazer. Para a legião de mulheres sexualmente exploradas e abusadas, é ter a transformação social que combata a cultura do estupro e da hipersexualização e que abandone os padrões de belezas escravizantes e engendrando do lugar da mulher do mundo (Wolff, 1992). As conquistas das mulheres brancas, em uma lógica capitalista e individualista, muitas vezes às custas da opressão de mulheres trabalhadoras e não-brancas, representam a estagnação do feminismo enquanto movimento de transformação. A emancipação é coletiva, diversa e sobreposta, e desafia os aspectos públicos e privados da mulher.

Dandara, em torno desse debate, se mostrou inclusiva. O feminismo interseccional não se realiza na circunscrição de sua militância apenas a seu grupo específico. Os impactos relacionados ao feminismo negro em sua vida foram reiterados durante toda a entrevista e ela destaca o poder da construção coletiva desse processo, da importância do trabalho de base ante aos avanços de um discurso elitista e religioso. Quando eu pergunto de experiências marcantes dentro do feminismo negro, ela cita as rodas de conversa e o reconhecimento de si na vivência de outras mulheres negras. Ela cita o impacto que esses debates têm na construção de sujeitos políticos dentro do movimento negro e cita a importância de espaços mistos, com homens e mulheres de outras etnias, para que haja uma aproximação na formação, não um embate.

Em seguida, ela me pergunta se eu já participei de uma roda de conversa do movimento feminista negro. Eu respondo que não saberia como fazer parte daquele espaço enquanto mulher branca, e Dandara me estende um convite. O ponto que pretendo fazer não é se é prudente ou não aceitar fazer parte da roda de conversa, ou se posso ou não pertencer aquele espaço, ou que, no limite, somos todas mulheres. A questão é que diferentes sujeitos historicamente oprimidos, subjetivam e internalizam essa opressão de diferentes formas. Ainda que eles estejam em uma mesma categoria – seja raça, classe, gênero, etnia ou orientação sexual – pode-se sentir ou não

oprimidos por uma determinada atitude, e exercer o feminismo, enquanto ideologia e prática, de maneiras distintas. Jibrin e Salem (2015) tocam nesse ponto ao criticar os limites práticos que uma abordagem interseccional guetizada impõe ao avanço do debate e vão ao encontro da posição de Dandara:

In each instance, the irony of creating 'safe' spaces where one can 'voice' one's position, critique, or one's experience, was met with a silence that instead bred an impossibility to actually having a conversation that, while it may not have left us feeling comfortable, had potential for dialectical forward movement (p.13)²⁰.

Clara, de modo parecido com Dandara, faz uma reflexão no sentido de unidade no combate à violência contra a mulher, ao mesmo tempo que reconhece a sua diferença enquanto mulher indígena, rural, não-branca.

Eu fui observando esses elementos e só o fato de ser mulher.... lógico que a mulher negra morre mais. Mas as mulheres brancas e bonitas e ricas sofrem violência de gênero também. Então só o fato de você nascer fisicamente (com uma vagina), você já é vítima de preconceito, de violência em todas as esferas.

Participação Política, o CNDM e o Cenário Atual

O debate desta última seção inspira discutir a identidade feminista enquanto identidade de projeto, que busca não só resistir às estruturas patriarcais, mas propor outras formas de viver e pensar o mundo (Castells, 2008). O feminismo não tem apenas uma identidade, tampouco apenas um projeto, mas compor um espaço como o CNDM é fazer um recorte da luta, na interlocução do movimento social com o poder público, com seus limites e possibilidades.

²⁰ Em todo caso, a ironia de criar espaços "seguros" onde se pode "expressar" a posição, a crítica ou a experiência de alguém, foi recebida, em vez disso, com silêncio que gerou a impossibilidade do diálogo que, poderia não ter nos deixado confortáveis, mas que tinham o potencial de criar movimentos dialéticos para a frente.

Nesse sentido, procurei saber o impacto que compor esse espaço de concertação teve nas conselheiras. A mais alta instância de participação social para as mulheres no nível federal, o CNDM é um espaço de controle social e de interlocução das políticas para as mulheres. Nesse tópico, Margarida minimizou os impactos que a participação teve na sua constituição enquanto sujeita política.

Eu sempre tive um lugar muito crítico sobre os conselhos. Mesmo fazendo parte deles, eu sempre olhei de forma muito desconfiada, porque ao mesmo tempo que eles são espaços de debates coletivos e de construção das políticas, ele também é um espaço de apropriação das lutas onde se cria uma ideia de participação que muitas vezes não é real, não é verdadeira.

Muitas vezes a gente via resultados sobre uma temática que a gente discutiu que estava longe de ser o que tinha sido discutido e proposto no conselho. Então eu acho que vivenciar de dentro os conselhos, fortaleceu meu olhar crítico sobre eles. Inclusive foi importante nessa decisão de sair do conselho.

Representante da Rede Mulheres e Mídia, Anita diz que os efeitos da participação no CNDM em sua subjetividade são pequenos, sendo a atuação na base mais formadora. A frustração frente a mudança de governo fez com que a organização renunciasse o assento, mas Anita não condena as companheiras que permaneceram, lamentando o desmonte e as possibilidades restritas. Ainda assim, Anita atualmente ocupa assento no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres da cidade de São Paulo, que, segundo ela, apresenta os mesmos problemas de sucateamento e esvaziamento de respaldo governamental.

Dandara divide a sua participação no CNDM em dois momentos, o primeiro antes do processo de impeachment e o segundo depois. Ainda que ela admita que o processo não era perfeito anteriormente, com desafios e poucos recursos, ela reconheceu que o contexto agora é insustentável e há deliberado descaso pela escolha de alguns nomes para compor os quadros da

estrutura da SPM, da SEPPIR e da SDH. Ela me confessou que a opção do Fórum foi que elas continuassem com a representação e com a resistência, mas que ela individualmente foi contrária e que espera ansiosamente para que o mandato dela acabe, admitindo que no momento não há possibilidades de trabalho. Segundo ela, o trabalho agora está na base, fazendo frente a outros discursos que estão tendo aderência junto às pessoas do seu contexto social como o discurso da direita e do fundamentalismo religioso. Ela admite que essa é uma fase, um dos ciclos, do longo e complexo processo que é a militância política. A fala de Dandara está impregnada da lógica materialista dialética de revisão da atuação de si a partir do contexto social e da posição do coletivo que ela se sente parte, entendendo essas mudanças como um processo que apresenta contradições, avanços, recuos e mudanças de rumo.

No evento do golpe jurídico, parlamentar e midiático que depôs a Presidenta da República democraticamente eleita em 2016 (Nobre, 2017), as várias organizações da sociedade civil e conselheiras de notório saber renunciaram seus assentos no CNDM. Esse foi o caso também de Margarida. A visão crítica que ela tem do CNDM e dos conselhos de forma geral, no entanto, não impede que ela ocupe espaços similares em outras áreas que tangenciam sua atuação política e profissional, pontuando questões de gênero com agroecologia e desenvolvimento rural sustentável

Eu também tinha uma participação, para além do CNDM, eu participei do CONDRAF, que é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Porque esse era o espaço de articulação dos movimentos rurais e que tinha um comitê de mulheres. Então a gente sempre atuou muito nesse espaço. A gente atua muito em um colegiado que é o CENAPO, que é a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção de Orgânicos que também tem uma subcomissão temática de mulheres.

A crítica ao funcionamento desses espaços e, eventualmente, o contexto histórico-social que pesa em desfavor à permanência nos conselhos, como foi o caso de Margarida e Anita, não impedem que este seja um lugar de militância, ainda que menos que ideal. O reconhecimento do CNDM e demais espaços de concertação aparecem mais na fala de outras participantes, como é o caso de Pagu.

O que são os conselhos? Os conselhos são espaços de controle social e, portanto, espaço de conquista de organização social popular, para controle das políticas públicas e da intervenção do Estado na vida das pessoas. Então, participar do conselho é ter a oportunidade de construir junto, trazendo a experiência das diferentes organizações, as necessidades vistas e sistematizadas pelas diferentes organizações que compõe esse conselho, intervindo em um processo de aperfeiçoamento que o Estado precisa dar como órgão gerenciador das relações sociais.

Participar do conselho, para mim, significa isso. Significa garantir a participação de um espaço conquistado historicamente pela população para garantir um rumo de atendimento à maior parte da dela, suas necessidades, em qualquer lugar que esteja esse conselho. Para mim participar foi muito gratificante.

Nesse período até o golpe - esse regime de exceção que estamos vivendo, quando foi deposta do poder a presidenta Dilma - foi um período muito interessante. Um período de crescimento dos organismos de Estado como organismos decisivos na democratização do Estado. E os conselhos exerceram um papel muito importante. O CNDM, na minha opinião, exerceu um papel decisivo na criação de políticas públicas, porque trabalhou na realização das 4 conferências e trabalhou na gestão desses planos nacionais. E na gestão desses planos nacionais, junto com a SPM/PR, criou um comitê de monitoramento onde foram incorporadas representações de todos os Ministérios.

Isso era algo impensável quando nós lutávamos por um governo democrático, popular. Que você ia chamar agentes do Estado responsáveis pela aplicação das políticas junto a sociedade e dizer para eles o que nós achamos, o que tem de ser. Da nossa perspectiva feminista e da forma com que nós achamos justo.

A lógica dialética também é evidente na fala supracitada de Pagu. Ela admite que o CNDM instrumentalizava a realização de um projeto político a partir da construção política e institucional viabilizada pela relação com o movimento social, em suas diversas representações. Esse movimento de participação das conselheiras da sociedade civil em um projeto de transformação se localiza a partir da retomada democrática. No evento do golpe de 2016, a permanência no CNDM representa uma posição de resistência. Quando perguntei a ela se em algum momento foi cogitado sair daquele espaço ela me responde:

Não, nunca. Não por nós. Foi considerado porque a gente respeita as pessoas que colocam isso na ordem do dia, algumas companheiras que nós respeitamos. Mas nós (da UBM) não vacilamos em nenhum momento, porque entendemos que esse é um espaço de conquista da ordem social e popular que não deve ser abandonado. Enquanto que você enxergar que ali é possível fazer um trabalho de manutenção do controle dessas políticas públicas para fazer avançar ou parar de retroceder. Hoje eu entendo que é um espaço de resistência muito difícil. O dinheiro que vinha para essas áreas é um dinheiro que não vem mais, porque os cortes são todos na área social, onde estão inseridas todas as políticas de transversalidade. Todas as chamadas agendas transversais estão sendo golpeadas. Isso significa que nós não temos nada para controlar? Não, não significa. Nós temos o que conquistamos e nós temos que resistir enquanto houve espaço para manter essas políticas.

Essa posição é acompanhada por Cora que responde que “a CONTAG tem o posicionamento de não arredar o pé dos espaços de participação social”. A postura de

resistência dessas duas conselheiras reflete a forma com que a identidade de luta é introjetada e subjetivada. As conselheiras que deixaram o CNDM admitem que não há possibilidade de avanço da agenda feminista naquele espaço, que passa a não ser legitimado pela presença delas. As conselheiras que permanecem naquele espaço sinalizam que a luta feminista tem que se fazer presente para coibir avanços conservadores. Nesse sentido, Cora acrescenta:

Hoje a gente vê esse processo em todos os sentidos. Uma onda conservadora acontecendo, capitaneada por alguns discursos malucos e muitas pessoas embarcando naquilo. É o que nos preocupa nesse momento. Mesmo trabalhadores rurais, todas as esferas. Nós temos uma onda conservadora sob nossas cabeças e hoje o crescimento principalmente das igrejas evangélicas, com uma doutrinação assustadora. O quanto que esse discurso conservador entre as mulheres, ele avança de uma maneira assustadora. Somado a uma desesperança muito grande das pessoas. Então a gente contrapor isso agora, vai ser muito desafiador.

O que parece ser ponto pacífico entre as entrevistadas é que o CNDM facilita a troca e o conhecimento das diversas visões e atuações a partir do feminismo. Clara menciona que “esses espaços coletivos sempre me dão a sensação de aprendizado”. Dandara, por sua vez reitera que as atividades no CNDM proporcionaram que ela conhecesse e empatizasse com outras realidades, como a das mulheres da floresta, das mulheres LBTs. Margarida sobre esse tópico afirma que:

O CNDM é interessante por que se ouve a realidade das mulheres rurais, a realidade das mulheres urbanas, lésbicas, da floresta, das trans, das águas, as que debatem o tema da saúde, das presidiárias. Isso acaba enriquecendo essa vivência. Além de você conhecer a realidade das mulheres em diferentes âmbitos da vida, uma das coisas que me fortaleceu muito é ter acesso a informação. Porque os conselhos são um daqueles lugares que você sabe o que está acontecendo, você conhece o programa, você conhece

a política, você tem informações atualizadas sobre o que está acontecendo e é claro que isso fortalece.

É imprescindível discutir o fato de que - satisfeitas ou não com as possibilidades do CNDM e demais mecanismos de participação social - compor esses espaços proporcionou trocas com outras mulheres, outras lideranças populares, outras experiências de opressão. Esse contato, inevitavelmente afeta e incrementa a percepção da condição das mulheres no mundo com repercussões identitárias para cada uma das conselheiras.

Nesse sentido, as identidades das representantes da sociedade civil do CNDM, forjadas no movimento social, são afetadas por novas construções coletivas dentro do conselho e a partir da relação que o conselho tem com o poder público e a formulação de políticas, estando sempre passíveis a mudanças (Hall, 2009). Sobre o tema, Margarida opina que

ninguém individualmente transforma a estrutura. Essa mudança só é possível com o processo de organização coletiva e de luta coletiva. Realmente eu nunca consegui ver o feminismo como algo pessoal. A medida que você está no coletivo e fortalece as lutas e ações coletivas, isso muda o seu olhar sobre o mundo, a sua postura sobre o mundo e a sua atuação aonde você está.

Então, claro que o nosso olhar feminista tem condições de contribuir de forma diferenciada em diversos espaços, para a transformação, mas isso só tem substância se é baseado em lutas concretas, em lutas reais, em lutas coletivas. É muito duro acabar com o patriarcado. Nós feministas somos muito ousadas. A gente só quer acabar com o patriarcado, acabar com o capitalismo, com o racismo, com a homofobia, com a lesbofobia, só questões estruturais de centenas de anos. Mas é importante essa ousadia.

O outro ponto a ser mencionado e reforçado é o impacto que a relação mediada pelo outro tem no indivíduo. Em mais de um momento é mencionado que lutas, frustrações e sentimentos experimentados por outras mulheres passam a ser a luta, o sentimento e a frustração

das próprias conselheiras. A articulação da teorização vigotiskiniana com a noção de práxis política dá conta de que, quando o mediador é o movimento social, são contemplados “aspectos de uma ação humana investida de um sentido transformador, tanto das relações sociais como da própria subjetividade” (Rosa, 2015, p.49).

Mais do que nunca hoje, estar construindo processos coletivos, a gente se fortalece individualmente sim. Porque a gente está em uma situação de muita fragilidade. Claro que o impacto do golpe mexe em todas as estruturas, mas também individualmente. Diminuir a força, a coragem, a esperança, a crença de que pode mudar. Eu inclusive estou em um momento de muita fragilidade e questionamentos nesse processo de organização, mas acho que ele reflete uma fragilidade estrutural dos movimentos. Está todo mundo um pouco perdido. Continuar isolado ou se isolar é uma forma de piorar a situação e de perder possibilidades de mudança, de rever perdas, então estar em um espaço coletivo fortalece. Faz entender que a gente não está só e isso é muito importante em fazer parte do movimento social, do movimento feminista. É entender que aquela dor não é só sua, que aquele sofrimento não é só seu. De que ter ali alguém com quem você pode contar. Esses espaços de solidariedade feminista são de uma grandeza impressionante, pessoalmente e coletivamente. É de muita força. Eu acredito muito que o movimento feminista tem uma potência muito grande de mudança de olhar, desde o trabalho, passando pela ciência, pelo espaço do Estado, mas tem uma perspectiva de transformação (Margarida).

Capítulo 6 – Considerações Finais

Essa conclusão tem como objetivo retomar alguns temas da construção argumentativa, de modo a organizar e dar sentido ao processo de dissertação. Nesse sentido, fecho alguns pontos das entrevistas, em articulação com o nosso referencial teórico-epistemológico.

No final do capítulo 5, as participantes têm diferentes percepções a respeito do impacto do CNDM no avanço da agenda feminista e dos efeitos no entendimento de si, na subjetividade e no processo de formação identitária. Ainda que algumas das sujeitas de pesquisa minimizem esses impactos, é interessante pensar esse posicionamento à luz das acepções de identidade de Castells (2008) e do pressuposto materialista dialético que adotamos no trabalho.

É importante reconhecermos que todas as conselheiras, sem exceção, identificaram que o componente de luta é parte da identidade que elas carregam e do modo como elas se colocam no mundo. Essa luta é externada das mais diversas formas, com diferentes prioridades, vieses e relações identitárias múltiplas e transversais ao feminismo, como raça, orientação sexual, classe, ideologia econômica, expressões de fé e religiosidade, consonância ou diferença, atividade profissional, origem, e período histórico em cada uma delas nasceram.

Em relação ao CNDM, a identidade de luta comum a elas se relaciona aos conceitos de identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto, para além das identidades que elas trazem antes de compor esse espaço. O triênio 2014-2017 foi um período histórico no Brasil que passou por extremos do espectro de acolhimento e descaso da luta pelos direitos humanos e da causa feminista por parte do Estado.

Se em 2014 - a despeito das críticas feitas ao comprometimento da agenda social pelo governo do Partido dos Trabalhadores, sob o pretexto de conciliação com o mercado e para o pacto da governabilidade – a participação social dos movimentos sociais no Estado prosperava, no fim do triênio em 2017 a situação era bastante distinta. O golpe de Estado havia se materializado e o desmonte das políticas sociais tornava-se evidente. Isso foi abordado no

capítulo 3, que retrata a volatilidade institucional que o CNDM sofria, como resultado da absorção da SPM pelo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, subsequente absorção pelo Ministério da Justiça e atual subordinação à Secretaria de Governo, sob o comando de quadros desassociados do movimento social e da militância feminista.

Nesse sentido, enquanto algumas conselheiras encaravam o CNDM como um veículo para a realização de um projeto político, compor esse espaço após o golpe representava a impossibilidade de realização dessa identidade de projeto. Para além disso, as conselheiras que renunciaram seus assentos no evento do golpe entendiam que se manter no CNDM transfiguraria a identidade de projeto que elas assumiram até então para a identidade legitimadora da ruptura do Estado democrático de direito.

As conselheiras que se mantiveram no CNDM conseguiram subjetivar o evento do golpe como mais um momento da história como cíclica, com avanços e recuos da luta feminista. Permanecer no CNDM não representou para elas a assunção da identidade legitimadora, mas a necessidade de assumir, naquele momento, uma identidade de resistência ao ocupar e se manter naquele espaço para se fazer frente a retrocessos.

O entendimento da fluidez de identidade na pós-modernidade (Hall, 2009) e da perspectiva materialista do desenvolvimento humano nos permite afirmar que, qualquer uma das posições assumidas pelas conselheiras em se manter ou não no CNDM, são reflexo da trajetória política, social e cultural que elas assumem individualmente e como grupo, e fazem sentido a partir da interpretação que elas têm a respeito da sociedade e elas mesmas. Seja no espaço do CNDM, na academia, no movimento social feminista geral ou específico, em casa, ou no exercício de suas profissões – e na combinação de vários desses lugares – essas sujeitas continuam atuantes na luta, o elo em comum dessa análise identitária.

A identidade de cada conselheira é única, singular e ao mesmo tempo, formada por traços identitário de várias mulheres, com realidades por vezes muito. A identidade é afirmada

tanto pela assimilação quanto pela diferença, inclusive no contexto do CNDM, a partir da relação com outras conselheiras da sociedade civil, com as representantes do governo, com as operantes da máquina pública e com a sociedade como um todo. E cada nova relação firmada pelas participantes é feita a partir da pessoa que se é naquele momento, a partir de todas as relações firmadas até então. A identidade atrelada ao movimento social é o que permite reconhecer o si no outro e o outro em si, de modo a realizar-se na luta.

Diante desse quadro, esperamos ter contribuído para pensar os feminismos localizados na constituição da militância, das identidades e das ações derivadas dessas diferenças. Nesse sentido, reforço a necessidade de novas pesquisas sobre as repercussões da identidade na construção coletiva. O saber localizado de cada indivíduo não é circunscrito a si mesmo. Ele é elo da relação da relação intersubjetiva com outro e chave para projetos de transformação social.

Referências Bibliográficas

- Adichie, C. N. (2009). The Danger of a Single Story. *TED Global*. Oxford: TED: Ideas Worth Spreading. Recuperado em 20 de janeiro de 2018 de www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.
- Avritzer, L. (2011). A qualidade da Democracia e a Questão da Efetividade da Participação: Mapeando o Debate em Efetividade das instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação em Pires, R. R. C. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação* (organ.). Brasília: Ipea, 13-28.
- Alvarez, S. E. (2014). Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, (43), 13-56.
- Alves, C. B. (2013). *Integração, Identidade e Universidade na América Latina*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Beauvoir, S. (2016). *O Segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bourdieu, P. (2010). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- Braga, G. B., Fiúza, A. L. C., & Remoaldo, P. C. A. (2017). O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. *Sociologias*, 19(45), 370-396.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira.
- Butler, J. (2008). *Gender Trouble*. New York: Routledge.
- Carta de Renúncia ao Conselho Nacional de Direitos das Mulheres/jun/2016. (2016) Recuperado em 15 de janeiro de 2018 de <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/carta-de-renuncia-ao-conselho-nacional-de-direitos-das-mulheres-jun2016/>

- Cartilha Política Nacional de Participação Nacional. (2014) Brasília, Secretaria Geral da Presidência da República. Recuperado em 10 de janeiro de 2018 de <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/CartilhaPNPS1.pdf>
- Castells, M. (2008). *O poder da identidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A.
- Clandinin D. J. e Conelly, F. M. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- Chagas, J. C. (2010). *Psicologia escolar e a gestão democrática: uma proposta de atuação em escolas públicas de Educação Infantil*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasil.
- Ciampa, A. C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*. São Paulo, Brasiliense.
- Ciconello, A. (2008). A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. *From PoverPower: How Active Citizens and Effective States Can Change the World*, Oxfam International. Recuperado em 11 janeiro de <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/03/A-Participacao-Social-como-processo-de-consolidacao-da-democracia-no-Brasil.pdf>
- Collins, P. H. (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2nd ed.). NY: Routledge.
- Connell, R. (2016). *Gênero em termos reais*. São Paulo: nversos.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Diário Oficial da União Brasília. Recuperado em 10 dezembro 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.

- Crenshaw, K. (2011): 'Postscript'. In: H. Lutz, M.T. Herrera Vivar and L. Supik (eds.): Framing Intersectionality: Debates on a Multi-Faceted Concept in Gender Studies. Farnham etc.: Ashgate, p. 221-23.
- Dagnino, E. (2004). ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?'. Em Mato, D (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 95-110.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Raca e Classe*. São Paulo: Boitempo.
- Decreto nº 4.625, de 21 de março de 2003. (2003). Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão integrante da Presidência da República, e dá outras providências. Diário Oficial da União Brasília. Recuperado em 11 janeiro 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4625.htm
- Decreto nº 4.773, de 7 de julho de 2003. (2003). Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 11 janeiro 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4773.htm
- Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008. (2008). Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 11 janeiro 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6412.htm
- Decreto nº 7.765, de 25 de junho de 2012. (2012). Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e remaneja cargos em comissão. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 11 janeiro 2018 de

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/de

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4773.htm [creto/d7765.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d7765.htm)

Decreto nº 8.202, de 6 de março de 2014. (2014), Altera o Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 11 janeiro 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8202.htm

Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. (2014). Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 11 janeiro 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm

Delphy, Christine. (2015). O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (17), 99-119.

Despentes, V. (2016). *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 edições.

Ehrlich, C. (1981). The unhappy marriage of Marxism and feminism: can it be saved”, em Sargent, L. (ed.). *Women and revolution*. Boston: South End Press, 109-33.

Fávero, M. H. (2010). *Psicologia do gênero: psicobiografia, sociocultura e transformação*. Curitiba: Ed. UFPR.

Ferreira, V. (1988). O Feminismo na pós-modernidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (24), 83-105. Faculdade de Coimbra.

Foucault, M. (1988). *A História da Sexualidade I: A vontade do saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Fraser, N. (2012). Feminism, Capitalism, and the Cunning of History: An Introduction. *FMSH-WP*, 2012-17, August 2012.

- Fraser, N. (2013). *Fortunes of feminism: from State-Managed Capitalism to neoliberal crisis*. New York: Verso.
- Friedan, B. (1971). *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes.
- Goldberg, A. (1987). *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro, 217p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- González Rey, F. L. (2002). *Pesquisa Qualitativa: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Gourges, O. de. (2017) Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. *Revista Internacional, Interdisciplinar – Interthesis*, v. 04, n.01. Florianópolis.
- Hall, S. (2009). *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Haraway, D. (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 0(5), 7-41.
- Harnois, C. (2008). Re-presenting Feminisms: Past, Present, and Future. *NWSA Journal*, 20(1), 120-145.
- hooks, b. (1981). *Ain't I a woman*. Cambridge: South End Press.
- hooks, b. (2015). Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (16), 193-210.
- Jibrin, R. & Salem S. (2015). Revisiting Intersectionality: Reflections on Theory and Praxis. *Trans-Scripts*, v. 5 , p. 7–24.
- Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964. (1964). Cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 11 janeiro 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4319.htm

Lei nº. 7353 de 29 de agosto de 1985. (1985). Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 15 de janeiro de 2008 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm

Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990. (1990). Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 10 de dezembro 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8028.htm

Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. (2003). Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 10 de dezembro 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683.htm

Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 11 de dezembro de 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112

Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016. Extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 30 de dezembro de 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113266.htm

Leontiev, A. N. (2004). A imagem do mundo. In: Golder, M. (org.) *Leontiev e a psicologia histórico-cultural: um homem em seu tempo*. São Paulo, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Atividade Pedagógica/Xamã

Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.

Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. (2016). Altera e revoga dispositivos da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 30 de dezembro de 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv726.htm

Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017. (2017). Cria a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Ministério dos Direitos Humanos, altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 10 de janeiro de 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/mpv/mpv768.htm

Muylaert, C. J. Sarubbi Jr, V., Gallo, P. R., Neto, M. L. R., & Reis, A. O. A. (2014). Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(spe2), 184-189. Epub.

Nobre, M. C. Q. (2017). Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo. *Revista Katálisis*, 20(3), 430-438.

Oliveira, M. K. de (1993) *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico*. São Paulo: Editora Scipione.

Paiva, V. L. de O. e. (2008). Aquisição e complexidade em narrativas multimídia de aprendizagem. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 8(2), 321-339.

Pedroza, R.L. S. (2003). *A psicologia na formação do professor: uma pesquisa sobre o desenvolvimento pessoal de professores do ensino fundamental*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília. Brasília.

Pedro, J. M. (2006). Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, 26(52), 249-272.

- Pinto, C. R. J. (1992). "Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político". In: Costa, Albertina de O.; Bruschini, Cristina (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p.127-150.
- Preciado, B. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Revista Estudos Feministas*, 19(1), 11-20.
- Preciado, B. (2014). *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições.
- Rampton, M. (2015). Four waves of feminism. *Pacific magazine*. Oregon: Pacifica University, publicado em outubro de 2015. Recuperado em 04 de dezembro de 2017 de <https://www.pacificu.edu/about/media/four-waves-feminism>
- Ribeiro, D. (2014). As diversas ondas do feminismo acadêmico. *Carta Capital, Escritório Feminista*, publicado em 25.11.2014. Recuperado em 04 de dezembro de 2017 de <http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico9622.html>
- Rios, R. R., & Silva, R. da. (2015). Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (16), 11-37.
- Romão, W. de M. (2010). Entre a sociedade civil e a sociedade política. *Novos estudos CEBRAP*, (87), 199-206.
- Rosa, L. A., & Silva, A. P. S. da. (2015). Sujeito Político Dramático: Mudanças Vivenciadas por uma Militante do MST. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), p. 47-57.
- Rubin, G. (1975). The Traffic in Women: Notes on 'The Political Economy' of Sex." Em Reiter, R. (ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press.
- Saffioti, H. (2013). *A mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo: Expressão Popular

- Sahagoff, A. P. (2015). *Pesquis narrativa: uma metodologia para compreender a experiência humana. XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – SEPesp*. Porto Alegre: Centro Universitário Ritter dos Reis.
- Salvaro, G. I. J, Lago, M. C. de S., & Wolff, C. S. (2013). "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 79-89.
- Sandberg, S. (2013). *Faça acontecer: mulheres, trabalho e a vontade de liderar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sarti, C. A. (2004) O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v.12, n.2, p. 35-50
- Schild, V. (2015). Feminism and Liberalism in Latin America. *New Left Review*, London, v.96, 59-74.
- Silva, Flávia Gonçalves da. (2009). Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, (28), 169-195.
- Sousa, M. da S., & Cabral, C. de O. (2015). A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. *Horizontes*, 33(2).
- Souza, L da C e. (2010). Democracia: Representativa, Deliberativa ou Participativa? O espaço dos conselhos neste debate. *Saber Acadêmico*. São Paulo. Recuperado em 11 de janeiro de 2018 de <http://www.uniesp.provisorio.ws/revista/revista10/pdf/artigos/12.pdf>
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora: UFMG.
- Vigotski, L. S. (2000). Lev S. Vigotski: manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, 21(71), 21-44.
- Vigotski, L. S. (2000). *Obras Escogidas*. Vol.3. Madrid: Visor (originalmente publicado em 1931).

Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.

Wittig, M. (1992). *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon Press.

Wolff, Naomi (1992). *O mito da beleza*. Rio de Janeiro: Rocco.

Woolf, V. (2009). *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Tordesilhas.

Anexos

Anexo A – Parecer Consubstanciado CEP

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Feminismo e Lideranças Populares: A Formação Identitária das Conselheiras Nacionais dos Direitos da Mulher

Pesquisador: FERNANDA BALDO GUIMARAES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 71803917.2.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia -UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.249.271

Apresentação do Projeto:

Trata-se do projeto de dissertação de mestrado, intitulado "Feminismo e Lideranças Populares: A Formação Identitária das Conselheiras Nacionais dos Direitos da Mulher", de autoria da pesquisadora FERNANDA BALDO GUIMARÃES, do Programa de pós-graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, do Instituto de Psicologia (IP), orientado pela Profa.Dra. Regina Sucupira Pedroza, com financiamento próprio.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisador formulou os seguintes objetivos:

Objetivo Primário:

Compreender o processo a formação da identidade feminista de conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher na práxis política da militância dos movimentos sociais e em instâncias de participação social. Nesse processo, buscar-se-á Identificar as possíveis diferentes concepções de feminismo de conselheiras da sociedade civil do CNDM, delineando lutas específicas e lutas gerais na militância e construir um espaço de reflexão sobre as questões que levam as mulheres a aderirem ao movimento social feminista.

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3107-1592

E-mail: cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.249.271

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Durante as entrevistas algum(a) das participantes pode sentir-se mobilizada com relação ao tema que será discutido. Para tanto, o tema poderá ser colocado de diferentes maneiras e o roteiro da entrevista semiestruturada pode ser desviado de modo que a participante se sinta mais confortável. Nesse sentido, uma conversa será realizada com a pessoa, com o intuito de investigar o seu estado emocional, assim como de reafirmar do contato da pesquisadora para que a temática possa ser trabalhada em um momento posterior, caso exista necessidade.

Benefícios:

As entrevistas podem funcionar como um espaço de reflexão sobre as lutas políticas e o ser mulher localizado em diversas realidades, recortes e demandas. O debate em relação ao feminismo e as lutas pelos direitos das mulheres, discutindo o papel de liderança populares pode favorecer a investigação da participação social na políticas e inspirar algumas mudanças na sociedade patriarcal e, no limite favorecer mudanças em políticas públicas e marcos legais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisadora pretende desenvolver uma abordagem qualitativa de pesquisa, baseando-se em uma visão sócio-histórica do desenvolvimento humano e na concepção de um envolvimento de mútua construção entre pesquisador e fenômeno pesquisado. A investigação apresentada tem como foco compreender a formação da identidade feminista de lideranças de movimentos sociais da sociedade civil.

Metodologia de Análise de Dados:

O principal procedimento da pesquisa será a entrevista com as conselheiras da sociedade civil do CNDM, buscando entender a trajetória de construção do sujeito feminista. A interlocução entre pesquisadora e orientadora, a partir das possibilidades dessa análise comportamental trará, será base para decisões quanto a possíveis acréscimos de procedimentos metodológicos. Será também proposta a realização da Análise de Conteúdo de Bardin de modo a oferecer os procedimentos metodológicos para uma compreensão – e interpretação – do material de pesquisa que extrapolasse os conteúdos imediatos das entrevistas, permitindo uma apreensão complexa destas. Assim, no método de análise de conteúdo, as entrevistas, depois de transcritas, são objeto de uma leitura flutuante pelo pesquisador que, ao entrar em contato com o conteúdo manifesto e explícito, pode se familiarizar e se apropriar deste. Isso permite que o pesquisador se aprofunde

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.249.271

em um conteúdo implícito, o dos significados expressos pelos participantes, apreendendo sua dinâmica, suas contradições e sua historicidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora postou na plataforma, os seguintes documentos: - Folha de rostos; carta de encaminhamento; CV Lattes de pesquisadora e da orientadora; projeto completo; cronograma atualizado, com data de início da coleta de dados em 1/10/2017; instrumento de coleta de dados; Dispensa do Termo de Concordância Institucional (a pesquisa não será realizada em uma escola ou instituição em particular) ; declaração de responsabilidade da pesquisadora de que só iniciará a pesquisa após a aprovação do projeto junto ao CEP CHS; Avaliação dos riscos e benefícios com a pesquisa; Termo de autorização de uso de som; e, TCLE completo e detalhado. Na atual versão, a pesquisadora

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, considerando que a pesquisadora atendeu aos esclarecimentos relativos à abordagem das participantes, explicou que já houve um pré-agendamento e as conselheiras que não forem de Brasília, serão entrevistadas por Skype) e a pendência apontada no parecer anterior (apresentou um novo cronograma atualizado, com data de início da coleta de dados para 1/10/2017), o presente parecer é favorável à aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_864401.pdf	29/08/2017 18:27:46		Aceito
Outros	EsclarecimentoCEP_Guimaraes.docx	29/08/2017 18:26:47	FERNANDA BALDO GUIMARAES	Aceito
Cronograma	CronogramaRevisado_Guimaraes.docx	29/08/2017 18:24:44	FERNANDA BALDO GUIMARAES	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.249.271

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoRevisado_Guimaraes.docx	29/08/2017 18:23:19	FERNANDA BALDO GUIMARAES	Aceito
Outros	CartadeEncaminhamento_Guimaraes.pdf	18/07/2017 16:08:42	FERNANDA BALDO GUIMARAES	Aceito
Outros	InstrumentodeColetadeDados_Guimaraes.docx	18/07/2017 16:07:48	FERNANDA BALDO GUIMARAES	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto_Guimaraes.pdf	26/06/2017 15:52:04	FERNANDA BALDO GUIMARAES	Aceito
Outros	DispensaTermoConcordanciaInstitucional_Guimaraes.pdf	26/06/2017 13:13:08	FERNANDA BALDO GUIMARAES	Aceito
Outros	DeclaracaoResponsabilidade_Guimaraes.pdf	26/06/2017 13:10:43	FERNANDA BALDO GUIMARAES	Aceito
Outros	AvaliacaodeRiscoeBeneficios_Guimaraes.docx	26/06/2017 12:58:29	FERNANDA BALDO GUIMARAES	Aceito
Outros	AutorizacaodeSom_Guimaraes.doc	26/06/2017 12:58:06	FERNANDA BALDO GUIMARAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Guimaraes.doc	26/06/2017 12:57:28	FERNANDA BALDO GUIMARAES	Aceito
Outros	Lattes_Pedroza.pdf	26/06/2017 05:40:25	FERNANDA BALDO GUIMARAES	Aceito
Outros	Lattes_Guimaraes.pdf	26/06/2017 04:51:41	FERNANDA BALDO GUIMARAES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 30 de Agosto de 2017

Assinado por:
Érica Quinaglia Silva
(Coordenador)

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Anexo B – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Eu, _____ (incluir o nome da participante), estou sendo convidada a participar do projeto “Feminismo e Lideranças Populares: a Formação Identitária das Conselheiras Nacionais dos Direitos da Mulher”.

O objetivo desta pesquisa é compreender o processo a formação da identidade feminista de conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher na práxis política da militância dos movimentos sociais e em instâncias de participação social.

A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-la.

A sua participação será por meio entrevistas individuais. Serão um ou dois encontros para entrevista, em ambiente que lhe for mais conveniente. As entrevistas serão audiogravadas, quando possível. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. Os procedimentos serão realizados em um total de duas horas. Informamos que você pode se recusar a participar de qualquer procedimento que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para a senhora. Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Instituição Universidade de Brasília podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de no mínimo cinco anos, após isso serão destruídos ou mantidos na instituição.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para Fernanda Baldo Guimarães, na instituição Universidade de Brasília telefone [REDACTED], no horário entre 8h e 18h

Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser diretamente com o Comitê.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o participante da pesquisa.

Eu, _____ (nome da participante), portador do RG _____ e inscrito no CPF sob o número _____, estou de acordo com a informações apresentadas neste termo.

De acordo,

Nome participante

Pesquisador Responsável

Fernanda Baldo Guimarães

Brasília, ____ de _____ de _____

Anexo C – Modelo de Termo de Autorização para Utilização de Som de Voz para fins de Pesquisa

**Termo de Autorização para Utilização de Som de voz
para fins de Pesquisa**

Eu, _____, autorizo a utilização do da minha voz, na qualidade de participante/entrevistada no projeto de pesquisa intitulado “Feminismo e Lideranças Populares: A Formação Identitária das Conselheiras Nacionais Dos Direitos Da Mulher”, sob responsabilidade de Fernanda Baldo Guimarães, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Humano e Saúde do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

O som da minha voz pode ser utilizado apenas para análise por parte do grupo de pesquisa e citações em trabalhos acadêmicos, sem o uso de informações que permitam a minha identificação.

Tenho ciência de que não haverá divulgação do som da minha voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som da minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com a participante.

Se o participante tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para Fernanda Baldo Guimarães, na instituição Universidade de Brasília, telefone (61) [REDACTED], no horário entre 8h e 18h.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de _____